

2025

O PENSAMENTO DE KEYNES PROPEDÊUTICA AVALIAÇÃO E ATUALIDADE

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

**O PENSAMENTO DE KEYNES:
PROPEDÊUTICA, AVALIAÇÃO E
ATUALIDADE**

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Raimundo Luna Neres

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

Dr. Othon Carvalho Bastos Filho

Dr. José Francisco dos Reis Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237o

Santos, Adelcio Machado dos

O pensamento de Keynes: propedêutica, avaliação e atualidade / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

70 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-196-5

D.O.I.: 10.29327/5678951

1. Keynesianismo. 2. Política econômica. 3. Demanda agregada. 4. Crises econômicas. 5. Políticas públicas. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 338.2(100):330.834

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

2025

www.editorapascal.com.br

*Este livro é dedicado
ao filho Marcos*

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é economista (CORECON/SC 3840).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Ciências Econômicas.

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: OAB CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP e CRBio,

Por final, deu a lume a 79 livros, 165 capítulos de livros e 430 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

RESUMO

Este labor colima analisar o pensamento econômico de John Maynard Keynes, suas bases teóricas, críticas e aplicações contemporâneas, com ênfase em políticas públicas inspiradas em sua obra. A pesquisa adotou o método de revisão bibliográfica, abordando a biografia de Keynes, o contexto histórico em que suas ideias emergiram, os fundamentos da teoria econômica clássica e neoclássica que antecederam suas proposições, e a revolução keynesiana que transformou a macroeconomia. O estudo explorou ainda os princípios da política econômica keynesiana, destacando a intervenção estatal, o papel da demanda agregada e a importância do investimento público para a estabilização econômica e promoção do bem-estar social. O capítulo de resultados e discussões analisou críticas ao keynesianismo, releituras neokeynesianas e pós-keynesianas, bem como a aplicação de políticas fiscais e monetárias em diferentes contextos históricos, incluindo crises globais recentes. As considerações finais destacam a relevância contínua do pensamento de Keynes para a análise econômica, o planejamento de políticas públicas e a promoção de desenvolvimento sustentável e inclusão social. Conclui-se que o keynesianismo permanece como uma referência epistêmica e operacional imprescindível, capaz de oferecer respostas adaptáveis aos desafios econômicos e sociais do século XXI.

Palavras-chave: Keynesianismo; política econômica; demanda agregada; crises econômicas; políticas públicas.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the economic thought of John Maynard Keynes, its theoretical foundations, criticisms, and contemporary applications, with an emphasis on public policies inspired by his work. The research employed a bibliographic review method, addressing Keynes' biography, the historical context in which his ideas emerged, the classical and neoclassical economic theories that preceded his propositions, and the Keynesian revolution that transformed macroeconomics. The study also explored the principles of Keynesian economic policy, highlighting state intervention, the role of aggregate demand, and the importance of public investment for economic stabilization and social welfare. The results and discussion chapter examined criticisms of Keynesianism, neo-Keynesian and post-Keynesian reinterpretations, as well as the application of fiscal and monetary policies in different historical contexts, including recent global crises. The final considerations emphasize the ongoing relevance of Keynes' thought for economic analysis, public policy planning, and the promotion of sustainable development and social inclusion. It is concluded that Keynesianism remains an essential theoretical and practical reference, capable of providing adaptable solutions to the economic and social challenges of the twenty-first century.

Keywords: Keynesianism; economic policy; aggregate demand; economic crises; public policy.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BM – Banco Mundial

FMI - Fundo Monetário Internacional

IS-LM - Investimento-Poupança / Preferência pela Liquidez-Oferta de Moeda

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS.....	8
 INTRODUÇÃO	 10
REFERENCIAL EPISTÊMICO	14
<i>CONTEXTO HISTÓRICO E BIOGRAFIA DE JOHN MAYNARD KEYNES.....</i>	<i>17</i>
<i>FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO</i>	<i>20</i>
<i>A REVOLUÇÃO KEYNESIANA.....</i>	<i>24</i>
<i>A POLÍTICA ECONÔMICA KEYNESIANA</i>	<i>26</i>
METODOLOGIA.....	31
RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
<i>CRÍTICAS AO PENSAMENTO DE KEYNES</i>	<i>39</i>
<i>ATUALIDADES DO PENSAMENTO DE KEYNES.....</i>	<i>42</i>
<i>O KEYNESIANISMO NO PÓS-GUERRA E NO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL...</i>	<i>45</i>
<i>POLÍTICAS PÚBLICAS INSPIRADAS EM KEYNES NO SÉCULO XXI</i>	<i>48</i>
<i>RELEITURAS: NO-KEYNESIANOS E PÓS-KEYNESIANOS.....</i>	<i>51</i>
<i>PERSPECTIVAS SOBRE O DEBATE KEYNESIANO E OS SEUS CRÍTICOS</i>	<i>54</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
 REFERÊNCIAS	 66

O PENSAMENTO DE KEYNES
PROPEDÊUTICA, AVALIAÇÃO E ATUALIDADE

INTRODUÇÃO

1

O pensamento econômico moderno foi moldado por uma série de correntes teóricas que, ao longo do tempo, buscaram interpretar os fenômenos sociais ligados à produção, ao trabalho, à distribuição de renda e ao papel do Estado na economia. Dentro desse panorama, John Maynard Keynes (1883–1946) destacou-se como uma das figuras mais influentes do século XX, cujas ideias não apenas transformaram a ciência econômica, mas também tiveram desdobramentos políticos e sociais de alcance global. Sua obra principal, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936, representou um ponto de inflexão na forma de compreender crises, desemprego e a função da política econômica no enfrentamento das instabilidades inerentes ao capitalismo.

A presente monografia tem como tema central a análise introdutória do pensamento de Keynes, buscando compreender seus fundamentos, suas críticas ao paradigma clássico e neoclássico e a permanência de suas contribuições para a teoria e a prática econômica contemporânea. O estudo delimita-se ao exame da trajetória intelectual do autor, de seus conceitos fundamentais e da recepção de sua obra no cenário acadêmico e político, com ênfase em uma revisão bibliográfica ampla que abarca textos originais de Keynes e interpretações de autores posteriores. Nesse sentido, o trabalho pretende oferecer ao leitor um panorama sistemático e acessível do pensamento keynesiano, privilegiando o caráter introdutório da análise, o que implica não apenas na exposição de conceitos técnicos, mas também na reconstrução do contexto histórico e das motivações que levaram Keynes a propor sua “revolução” na teoria econômica.

O problema de pesquisa que orienta esta investigação pode ser sintetizado na seguinte questão: de que maneira o pensamento de John Maynard Keynes representou uma ruptura com as teorias econômicas vigentes em sua época e quais são os elementos centrais que explicam sua permanência e relevância no debate econômico atual? A resposta a esse problema envolve duas dimensões principais. A primeira refere-se ao caráter revolucionário da obra keynesiana, que se opôs frontalmente à ortodoxia clássica e neoclássica, sobretudo à crença de que os mercados tenderiam ao equilíbrio pleno e automático. Keynes demonstrou que tal suposição não se confirmava empiricamente em períodos de crise, quando o desemprego persistente e a estagnação demandavam ação estatal. A segunda dimensão relaciona-se ao impacto duradouro de suas ideias. Mesmo após décadas de críticas, revisões e reformulações, os fundamentos keynesianos seguem influenciando políticas públicas, sobretudo em momentos de recessão ou crise financeira global, como a de 2008 e a provocada pela pandemia de COVID-19.

O objetivo geral deste trabalho é introduzir e analisar criticamente os principais fundamentos do pensamento de John Maynard Keynes, destacando suas contribuições para a teoria econômica e sua relevância contemporânea. Para alcançar

esse objetivo, é necessário compreender o contexto histórico, político e econômico em que Keynes desenvolveu sua obra; identificar os pressupostos da economia clássica e neoclássica que foram questionados por ele; explicar os conceitos fundamentais presentes na *Teoria Geral* e em escritos correlatos; analisar o papel atribuído ao Estado como agente de estabilização da economia; discutir as principais críticas dirigidas ao keynesianismo, tanto no campo monetarista quanto na escola austríaca; e, por fim, avaliar a atualidade das ideias keynesianas frente às crises econômicas contemporâneas.

A justificativa para a realização desta pesquisa é múltipla, abarcando dimensões científicas, políticas e sociais. No campo científico, Keynes representa uma das maiores rupturas paradigmáticas na história da economia. A compreensão de sua obra é indispensável para qualquer estudante ou pesquisador que pretenda analisar a teoria econômica no século XX. Enquanto a economia clássica e neoclássica buscava modelos de equilíbrio, Keynes destacou-se por apontar as falhas de coordenação do sistema capitalista e a necessidade de políticas anticíclicas. No campo político, sua obra deixou marcas profundas na formulação de políticas públicas, especialmente durante o período do pós-guerra, quando o Estado de bem-estar social se consolidou em diversos países europeus, inspirando-se em seus ensinamentos. Nesse período, medidas de estímulo fiscal, programas de emprego e regulamentações de mercados financeiros foram diretamente influenciados pelas suas formulações teóricas. Já no campo social, a relevância de Keynes decorre de sua preocupação com o desemprego e com as consequências humanas das crises econômicas. Mais do que construir modelos matemáticos abstratos, buscava oferecer respostas práticas a problemas concretos, tornando sua obra acessível e aplicada à vida cotidiana das populações.

A atualidade de seu pensamento reforça ainda mais a pertinência desta pesquisa. Crises econômicas recentes, como a de 2008 ou a de 2020, provocada pela pandemia, revelaram a insuficiência de modelos puramente liberalizantes e resgataram a centralidade do debate keynesiano. Em contextos de retração da demanda e colapso do crédito, os Estados recorreram novamente a políticas de estímulo fiscal e a medidas de intervenção estatal, evidenciando a vitalidade das propostas de Keynes mesmo em pleno século XXI.

Destarte, envida-se esforço de síntese e introdução crítica ao pensamento keynesiano, oferecendo ao leitor um instrumento de compreensão das raízes, dos conceitos e das controvérsias associadas à sua obra. Para isso, a pesquisa está organizada de forma a possibilitar a construção de um percurso interpretativo que parte do contexto histórico e intelectual de Keynes, passa pela exposição dos fundamentos da economia clássica e neoclássica, avança para a análise da *Teoria Geral* e das políticas dela derivadas, contempla as críticas recebidas e, finalmente, discu-

te a atualidade e os desdobramentos de sua influência.

O segundo capítulo é dedicado ao contexto histórico em que Keynes viveu, bem como à sua trajetória biográfica e intelectual, com destaque para sua atuação em momentos decisivos da economia mundial, como a Conferência de Bretton Woods. O terceiro capítulo apresenta os fundamentos da economia clássica e neo-clássica, que constituíram o pano de fundo contra o qual Keynes se insurgiu, destacando os limites da Lei de Say e das concepções de equilíbrio que prevaleciam até os anos 1930. No quarto capítulo, analisa-se a chamada “revolução keynesiana”, centrada na obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, com exposição dos conceitos de demanda efetiva, propensão marginal a consumir, eficiência marginal do capital, multiplicador keynesiano e preferência pela liquidez, bem como sua concepção de desemprego involuntário. O quinto capítulo dedica-se às políticas econômicas derivadas do pensamento keynesiano, enfatizando o papel do Estado como agente estabilizador dos ciclos, com discussão sobre política fiscal, política monetária e medidas anticíclicas.

No sexto capítulo, discutem-se as críticas dirigidas ao keynesianismo, destacando-se as objeções monetaristas, as críticas da escola austríaca e de outras correntes que questionaram a eficácia da intervenção estatal. O sétimo capítulo aborda a atualidade do pensamento keynesiano, analisando sua influência nas políticas públicas do pós-guerra, em crises recentes e nas releituras promovidas por economistas neo-keynesianos e pós-keynesianos. Por fim, o oitavo capítulo apresenta as considerações finais, com uma síntese das principais conclusões, contribuições e limitações do trabalho, bem como perspectivas para futuras pesquisas sobre o tema.

Assim estruturada, a monografia busca oferecer uma introdução abrangente, crítica e atualizada ao pensamento de Keynes, articulando contexto, teoria, críticas e legado, de modo a evidenciar sua importância como marco na história do pensamento econômico e como referência ainda indispensável nos debates contemporâneos sobre a função do Estado, as crises do capitalismo e os rumos da economia mundial.

O PENSAMENTO DE KEYNES

PROPEDÊUTICA, AVALIAÇÃO E ATUALIDADE

REFERENCIAL EPISTÊMICO

2

Trata-se de percurso interpretativo destinado a reconstruir as bases históricas, intelectuais e conceituais que fundamentam o pensamento de John Maynard Keynes, bem como os diálogos, rupturas e permanências que sua obra gerou no interior da ciência econômica. Diferentemente de uma mera apresentação linear de conceitos, o referencial aqui proposto busca articular as condições de emergência das ideias keynesianas com sua inserção no debate econômico, situando-as no interior de tradições teóricas anteriores, nas disputas com correntes críticas e nas reformulações posteriores.

Esse arcabouço teórico organiza-se em capítulos que dialogam entre si de forma progressiva e cumulativa. O segundo capítulo apresenta o contexto histórico e biográfico de Keynes, entendido como elemento indispensável para a compreensão de sua obra. O terceiro capítulo trata dos fundamentos do pensamento econômico clássico e neoclássico, que compõem o pano de fundo teórico contra o qual Keynes construiu sua crítica. O quarto capítulo examina a chamada “revolução keynesiana”, com destaque para os conceitos centrais formulados em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936). O quinto capítulo discute a aplicação prática do pensamento keynesiano na formulação de políticas econômicas. O sexto capítulo apresenta as críticas dirigidas ao keynesianismo e suas consequências no desenvolvimento da teoria econômica. Por fim, o sétimo capítulo dedica-se à atualidade do pensamento de Keynes e às reformulações que dele derivaram.

A organização desse referencial atende ao propósito central da monografia: introduzir o leitor ao pensamento keynesiano de forma clara, crítica e sistemática, evidenciando tanto os fundamentos quanto os desdobramentos de suas contribuições. Assim, o referencial não apenas expõe conceitos, mas também situa Keynes dentro de uma tradição mais ampla, destacando sua singularidade e sua relevância contínua.

O ponto de partida para esse arcabouço teórico é o Capítulo 2, que se dedica ao contexto histórico e biográfico de John Maynard Keynes. Trata-se de reconhecer que as ideias econômicas não emergem em um vácuo, mas respondem a circunstâncias sociais, políticas e econômicas concretas. Nesse sentido, a Inglaterra de fins do século XIX e início do século XX constitui o cenário de formação intelectual de Keynes, marcado por transformações industriais, pelo impacto da Primeira Guerra Mundial e pela crise de 1929. A vida acadêmica de Keynes em Cambridge, sua atuação no Tesouro britânico e sua participação em negociações internacionais, como a Conferência de Bretton Woods, também são analisadas como elementos que moldaram suas concepções. Esse capítulo cumpre, portanto, a função de inserir Keynes na história e de apresentar o percurso intelectual que desembocaria em sua obra fundamental.

O Capítulo 3 volta-se para os fundamentos da economia clássica e neoclássica.

Essa etapa é crucial porque evidencia os pressupostos que Keynes contestou e, em parte, desconstruiu. O pensamento clássico, representado por autores como Adam Smith, David Ricardo e Jean-Baptiste Say, defendia a autorregulação dos mercados, a centralidade da Lei de Say e a tendência ao equilíbrio de pleno emprego. A escola neoclássica, que se consolidou no século XIX, desenvolveu modelos mais sofisticados de equilíbrio geral, mas manteve a crença na autorregulação do sistema. Esse capítulo busca mostrar como, apesar da elegância teórica, esses modelos revelaram-se incapazes de explicar os fenômenos de desemprego persistente e de crise que marcaram o início do século XX. Ao expor os limites dessa tradição, prepara-se o terreno para a compreensão da ruptura keynesiana.

O Capítulo 4 representa o núcleo central do referencial epistêmico: a análise da revolução keynesiana e de A Teoria Geral. Nesse momento, apresentam-se os conceitos-chave da obra de Keynes, como demanda efetiva, propensão marginal a consumir, eficiência marginal do capital, multiplicador keynesiano e preferência pela liquidez. Esses conceitos, ao desafiarem a crença de que a economia tenderia automaticamente ao equilíbrio, permitiram a formulação de uma teoria capaz de explicar o desemprego involuntário e as crises periódicas do capitalismo. Este capítulo enfatiza não apenas os aspectos conceituais, mas também a lógica interna da argumentação keynesiana, evidenciando sua capacidade de reorganizar a agenda da teoria econômica.

No Capítulo 5, o foco desloca-se para a dimensão prática do pensamento keynesiano: a formulação de políticas econômicas. Uma das grandes contribuições de Keynes foi mostrar que o Estado não apenas deveria, mas poderia intervir para corrigir as falhas do mercado. Nesse sentido, são analisados os instrumentos de política fiscal, política monetária e gasto público voltados para estabilizar os ciclos econômicos e promover o pleno emprego. O capítulo busca demonstrar como, a partir das ideias de Keynes, consolidou-se uma visão de política econômica que rompeu com a ortodoxia liberal, abrindo caminho para a construção do Estado de bem-estar social em diversos países.

O Capítulo 6 dedica-se às críticas ao pensamento de Keynes, fundamentais para compreender o debate econômico posterior. Entre essas críticas, destacam-se as formuladas pelo monetarismo, representado por Milton Friedman, que acusava as políticas keynesianas de gerarem inflação e ineficiência; e pela escola austríaca, que via na intervenção estatal uma distorção dos sinais de mercado. Além dessas objeções, outras correntes questionaram os limites do modelo keynesiano e sua aplicabilidade em diferentes contextos históricos. Ao apresentar tais críticas, o capítulo não busca desqualificar Keynes, mas evidenciar que sua obra se tornou um campo de disputa intelectual, gerando um diálogo permanente com outras tradições.

Por fim, o Capítulo 7 analisa a atualidade do pensamento keynesiano. A partir do pós-guerra, as ideias de Keynes influenciaram a construção do Estado de bem-estar social e a expansão das políticas públicas. Mesmo após o declínio do keynesianismo nos anos 1970, suas ideias voltaram a ganhar centralidade em momentos de crise, como a recessão de 2008 e os impactos econômicos da pandemia de COVID-19. Além disso, surgiram releituras e reformulações, como as correntes neo-keynesiana e pós-keynesiana, que buscaram atualizar o pensamento de Keynes às novas realidades do capitalismo global. Este capítulo mostra, portanto, que a obra keynesiana permanece viva, dialogando com os desafios contemporâneos.

A construção do referencial teórico, assim delineada, apoia-se em três eixos complementares. O primeiro eixo é histórico-contextual, que busca compreender Keynes como produto e crítico de seu tempo, sem desconsiderar o impacto das crises e das transformações sociais sobre sua obra. O segundo eixo é conceitual-analítico, que se concentra na exposição dos fundamentos da teoria keynesiana e das controvérsias que ela gerou. O terceiro eixo é crítico-prospectivo, que discute as críticas recebidas e a permanência do pensamento de Keynes na teoria e na prática econômica.

Esses três eixos permitem compreender Keynes em sua complexidade, não como autor de um sistema fechado, mas como pensador aberto ao diálogo e à prática, cuja obra se constrói em interação com o mundo real. A articulação entre os capítulos garante uma abordagem que, ao mesmo tempo em que introduz os conceitos básicos, oferece ao leitor instrumentos para pensar criticamente a economia contemporânea. Assim, o referencial teórico desta monografia não se limita a reconstruir um quadro conceitual estático, mas propõe-se a evidenciar a dinâmica de uma obra que, mesmo concebida em meados do século XX, permanece atual e indispensável para compreender os dilemas do século XXI.

CONTEXTO HISTÓRICO E BIOGRAFIA DE JOHN MAYNARD KEYNES

A trajetória intelectual de John Maynard Keynes está intrinsecamente vinculada ao contexto histórico, político e social da primeira metade do século XX, marcado por intensas transformações econômicas, pela Primeira Guerra Mundial, pela Grande Depressão de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. Esses acontecimentos não apenas moldaram sua visão de mundo, mas também influenciaram diretamente o desenvolvimento de suas teorias econômicas, que se tornariam fundamentais para a consolidação da macroeconomia como campo autônomo e para a redefinição do papel do Estado na economia capitalista.

Nascido em Cambridge, em 5 de junho de 1883, Keynes cresceu em um am-

biente de forte estímulo intelectual. Seu pai, John Neville Keynes, foi um respeitado economista e filósofo da lógica, autor de obras sobre metodologia econômica, enquanto sua mãe, Florence Ada Keynes, destacou-se como uma das primeiras mulheres a desempenhar papéis relevantes na administração pública britânica. Esse ambiente familiar proporcionou-lhe contato precoce com o pensamento acadêmico e com os debates sociais e políticos de sua época, favorecendo o desenvolvimento de sua capacidade crítica e de sua postura cosmopolita (Skidelsky, 2003).

Sua formação inicial ocorreu em Eton, uma das mais prestigiadas escolas da Inglaterra, onde se destacou como aluno brilhante em matemática. Posteriormente, ingressou no King's College, da Universidade de Cambridge, onde estudou matemática e filosofia. Nesse período, entrou em contato com intelectuais que marcaram profundamente sua trajetória, como Alfred Marshall, considerado um dos fundadores da economia neoclássica, e Arthur Pigou, expoente da economia do bem-estar. Ambos exerceram forte influência em sua formação, ainda que Keynes viesse posteriormente a romper com os pressupostos centrais da teoria neoclássica. Ao mesmo tempo, sua participação no grupo dos "Apóstolos de Cambridge" e no círculo de Bloomsbury – que reunia artistas, escritores e pensadores de orientação liberal e estética inovadora – contribuiu para consolidar sua visão crítica, plural e multidisciplinar (Harrod, 1951).

Nos anos iniciais de sua carreira, Keynes não se dedicou exclusivamente à vida acadêmica. Em 1906, ingressou no Civil Service britânico, atuando no India Office, onde adquiriu experiência prática em questões financeiras e administrativas. Essa vivência despertou seu interesse por problemas de política econômica aplicada, o que se refletiria em sua primeira grande obra, "Indian Currency and Finance" (1913), na qual analisou o sistema monetário indiano sob administração colonial e propôs reformas visando maior estabilidade (Keynes, 1913).

O início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, marcou uma virada em sua trajetória. Trabalhando no Tesouro britânico, Keynes participou da formulação de estratégias de financiamento da guerra e do gerenciamento das contas externas do Reino Unido. Essa experiência prática em política econômica forneceu-lhe não apenas profundo conhecimento das engrenagens do sistema monetário e financeiro internacional, mas também o colocou em posição privilegiada para observar as falhas das instituições econômicas tradicionais diante de crises de grande magnitude (Moggridge, 1992). Sua atuação durante a Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, foi igualmente decisiva.

Enviado como representante do Tesouro britânico, Keynes rapidamente percebeu os riscos das reparações excessivas impostas à Alemanha, as quais poderiam desestabilizar toda a economia europeia. Sua renúncia à delegação britânica e a publicação subsequente de "The Economic Consequences of the Peace" (1919)

revelaram não apenas sua independência intelectual, mas também sua visão inovadora sobre a interdependência entre política e economia. A obra foi amplamente debatida e consolidou sua reputação internacional, ao mesmo tempo em que antecipava problemas que se confirmariam na década de 1920.

Durante os anos 1920, Keynes manteve intensa atividade como acadêmico, jornalista e investidor. Lecionou em Cambridge, publicou artigos sobre questões monetárias e participou ativamente de debates públicos. Nesse período, sua obra “A Tract on Monetary Reform” (1923) destacou-se por criticar a rigidez do padrão-ouro e defender políticas monetárias mais flexíveis para lidar com instabilidades conjunturais. Mais tarde, em “A Treatise on Money” (1930), desenvolveu uma análise sofisticada sobre o funcionamento da moeda e do crédito, antecipando elementos que se consolidariam em sua teoria geral (Keynes, 1930). Contudo, foi com a crise de 1929 e a Grande Depressão que Keynes encontrou o terreno fértil para a formulação de sua contribuição mais revolucionária.

A quebra da Bolsa de Nova York e seus impactos devastadores sobre o emprego e a produção global revelaram os limites da ortodoxia econômica clássica, baseada na crença na autorregulação dos mercados. A incapacidade dos mecanismos tradicionais de restaurar o equilíbrio estimulou Keynes a aprofundar sua reflexão teórica, culminando na publicação de “The General Theory of Employment, Interest and Money” (1936). Nesta obra, Keynes rompeu com a tradição neoclássica ao demonstrar que o desemprego em massa poderia ser resultado de falhas estruturais na demanda agregada e que o Estado deveria intervir ativamente para estimular o investimento e o consumo. A formulação de conceitos como “propensão marginal a consumir”, “eficiência marginal do capital” e “multiplicador dos investimentos” constituiu a base da macroeconomia moderna, estabelecendo um novo paradigma para a ciência econômica (Keynes, 1936).

Paralelamente à sua produção teórica, Keynes desempenhou papel central na reorganização das instituições econômicas internacionais durante a Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez atuando no Tesouro britânico, envolveu-se diretamente nas negociações com os Estados Unidos sobre financiamento da guerra e, posteriormente, no desenho da ordem econômica do pós-guerra. Sua participação na Conferência de Bretton Woods, em 1944, foi determinante para a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, embora suas propostas originais para a criação de uma moeda internacional – o “bancor” – tenham sido preteridas em favor da hegemonia do dólar. Ainda assim, sua influência na arquitetura do sistema financeiro internacional foi inegável (Skidelsky, 2000).

O final da vida de Keynes foi marcado por reconhecimento e, ao mesmo tempo, pelo desgaste físico causado pelo excesso de trabalho. Nomeado barão em 1942, passou a integrar a Câmara dos Lordes como Lord Keynes de Tilton. Apesar

de problemas cardíacos que se intensificaram nos anos finais, continuou ativo até sua morte em 21 de abril de 1946, aos 62 anos. Sua contribuição teórica, no entanto, ultrapassou seu tempo e consolidou-se como uma das mais influentes da história da economia. A biografia de Keynes, portanto, deve ser compreendida não apenas como a trajetória individual de um economista brilhante, mas como a expressão de um intelectual profundamente engajado com os dilemas de seu tempo. Sua capacidade de articular teoria e prática, de transitar entre os mundos acadêmico, político e financeiro, e de propor soluções ousadas diante de crises históricas, explica a centralidade de seu legado. Como observa Skidelsky (2003), Keynes não foi apenas um teórico da economia, mas um “homem de ação”, cujo pensamento emergiu da necessidade de compreender e intervir em uma realidade profundamente instável.

Em termos historiográficos, a análise de sua vida e obra também revela a transição de uma economia política voltada essencialmente à microanálise dos agentes e mercados para uma economia preocupada com os fenômenos agregados, como o desemprego, o investimento e o crescimento. Ao colocar a demanda agregada no centro da análise, Keynes rompeu com a visão de que os mercados tenderiam naturalmente ao pleno emprego, estabelecendo as bases de uma economia política que reconhece o papel central das instituições e das políticas públicas. O legado de Keynes permanece vivo até os dias atuais. Suas ideias ressurgiram com força em momentos de crise, como nas políticas anticíclicas implementadas após a crise financeira de 2008, evidenciando a atualidade de sua crítica à autorregulação dos mercados. Mais do que um economista, Keynes consolidou-se como um pensador que compreendeu a economia como uma ciência moral e social, intimamente ligada ao bem-estar humano e às escolhas políticas de cada geração (Harrod, 1951; Skidelsky, 2000; Moggridge, 1992).

FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO

O desenvolvimento do pensamento econômico, em suas fases clássica e neoclássica, constitui um dos pilares centrais para a compreensão das dinâmicas de produção, distribuição e consumo que moldaram as sociedades modernas e orientaram a formulação de políticas públicas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. A transição do mercantilismo para a economia política clássica não apenas redefiniu os fundamentos da análise econômica, mas também projetou uma visão de mundo em que a racionalidade do mercado e a organização espontânea das trocas tornaram-se princípios estruturantes. Já a emergência do pensamento neoclássico, a partir da segunda metade do século XIX, introduziu um refinamento metodoló-

gico, marcado pelo rigor matemático, pela análise marginalista e pela tentativa de unificar a ciência econômica sob uma perspectiva de equilíbrio geral. Dessa forma, compreender os fundamentos do pensamento econômico clássico e neoclássico é essencial para situar as contribuições subsequentes de Keynes, cujas ideias emergiram em diálogo crítico com essas tradições intelectuais.

O pensamento econômico clássico consolidou-se no contexto da Revolução Industrial, período em que a transformação produtiva e a expansão do comércio internacional exigiam novas interpretações sobre a riqueza das nações. Adam Smith, considerado o pai da economia moderna, publicou em 1776 sua obra seminal *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (A Riqueza das Nações), na qual rompeu com as concepções mercantilistas que associavam a prosperidade de um país ao acúmulo de metais preciosos. Para Smith, a verdadeira fonte da riqueza residia no trabalho humano, cuja produtividade era ampliada pela divisão do trabalho e pela especialização. Seu princípio da “mão invisível” tornou-se uma metáfora central para explicar como, a partir da busca individual pelo interesse próprio, emergiria uma ordem espontânea capaz de promover o bem-estar coletivo (Smith, 1996). Essa visão inaugurou um paradigma analítico que marcou profundamente a ciência econômica e estabeleceu as bases para as discussões posteriores.

David Ricardo, sucessor intelectual de Smith, aprofundou a análise clássica por meio de uma teoria sistemática da distribuição. Em sua obra *Principles of Political Economy and Taxation* (1817), Ricardo apresentou a lei dos rendimentos decrescentes e a teoria das vantagens comparativas, que ainda hoje fundamenta as análises sobre comércio internacional. Para Ricardo, a renda nacional era distribuída entre três classes fundamentais: capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras. A dinâmica dessa distribuição, segundo ele, conduziria a economia a uma tendência de estagnação, uma vez que o aumento da população e a escassez relativa de terras férteis resultariam em elevação da renda fundiária em detrimento dos lucros industriais (Ricardo, 1996). Esse pessimismo ricardiano influenciou significativamente o pensamento econômico do século XIX, especialmente em debates sobre crescimento e distribuição de renda.

Thomas Robert Malthus, contemporâneo de Ricardo, também desempenhou papel relevante na consolidação da economia clássica. Sua obra *An Essay on the Principle of Population* (1798) apresentou a tese de que a população crescia em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência aumentavam apenas em progressão aritmética. Essa disparidade tenderia a gerar crises recorrentes de escassez, fome e miséria, limitando a prosperidade humana (Malthus, 1996). Embora criticada posteriormente, a teoria malthusiana exerceu grande influência sobre a formulação de políticas sociais e econômicas e introduziu um elemento

demográfico crucial nas análises econômicas.

Outro autor de destaque no pensamento clássico é John Stuart Mill, cuja obra *Principles of Political Economy* (1848) buscou conciliar o rigor analítico de Ricardo com uma perspectiva mais pragmática e social. Mill reconhecia a validade das leis econômicas, mas enfatizava que sua aplicação deveria considerar valores éticos, institucionais e sociais. Nesse sentido, Mill é frequentemente visto como uma ponte entre a ortodoxia clássica e as preocupações sociais emergentes, antecipando discussões sobre justiça distributiva e intervenção estatal (Mill, 1996). Apesar das diferenças entre Smith, Ricardo, Malthus e Mill, os economistas clássicos compartilhavam algumas premissas fundamentais: a crença na autorregulação dos mercados, a centralidade do trabalho como fonte de valor, a defesa da propriedade privada e o foco na produção como motor do crescimento econômico. Essa perspectiva estabeleceu um marco teórico sólido, mas também gerou críticas, sobretudo em relação à sua incapacidade de explicar fenômenos como crises recorrentes e desemprego persistente.

O surgimento do pensamento neoclássico, na segunda metade do século XIX, representou uma resposta tanto às limitações do arcabouço clássico quanto às transformações sociais e tecnológicas da época. A chamada “revolução marginalista”, liderada por autores como William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras, introduziu uma nova abordagem metodológica que deslocou o foco da análise da produção para o consumo e da teoria do valor-trabalho para a teoria da utilidade marginal. Jevons, em sua obra *The Theory of Political Economy* (1871), argumentava que o valor dos bens não derivava da quantidade de trabalho empregada em sua produção, mas da utilidade que o último incremento de consumo proporcionava ao indivíduo (Jevons, 1970). Essa mudança de paradigma permitiu explicar melhor fenômenos de preço, demanda e escolha do consumidor.

Carl Menger, fundador da Escola Austríaca, também foi decisivo para a formulação da teoria da utilidade marginal. Em seu livro *Principles of Economics* (1871), Menger destacou a subjetividade das avaliações individuais, segundo as quais os agentes econômicos atribuem valor aos bens de acordo com sua utilidade para satisfazer necessidades específicas (Menger, 1981). Esse enfoque subjetivista estabeleceu as bases para uma tradição que, mais tarde, enfatizaria o papel das expectativas, da informação e da incerteza na economia. Léon Walras, por sua vez, elaborou uma teoria mais formalizada e matematizada. Em *Éléments d'économie politique pure* (1874), Walras construiu o modelo de equilíbrio geral, no qual os mercados interdependentes alcançariam um ponto de equilíbrio simultâneo por meio da interação entre oferta e demanda (Walras, 1988). Sua contribuição foi decisiva para transformar a economia em uma disciplina cada vez mais formalizada, com uso extensivo de ferramentas matemáticas para representar as relações eco-

nômicas.

A consolidação do pensamento neoclássico contou ainda com Alfred Marshall, cuja obra *Principles of Economics* (1890) buscou integrar as ideias marginalistas com elementos da tradição clássica. Marshall desenvolveu conceitos como elasticidade, excedente do consumidor e custos de produção, estabelecendo um quadro analítico que seria amplamente utilizado ao longo do século XX (Marshall, 1990). Seu trabalho foi fundamental para a institucionalização da economia como disciplina acadêmica e para a disseminação da abordagem neoclássica nas universidades.

Os fundamentos do pensamento neoclássico, portanto, podem ser sintetizados em três princípios centrais: a teoria da utilidade marginal, a análise do equilíbrio de mercado e a aplicação de métodos matemáticos para formalizar a teoria econômica. Diferentemente da tradição clássica, que buscava explicar a produção e a distribuição em nível agregado, os neoclássicos concentraram-se na análise microeconômica, priorizando o comportamento individual dos agentes econômicos (Walras, 1988). Essa mudança metodológica permitiu maior precisão analítica, mas também suscitou críticas quanto à abstração excessiva e ao distanciamento da realidade histórica e institucional.

A crítica da Filosofia da Práxis desempenhou papel relevante nesse contexto, ao questionar tanto as premissas clássicas quanto as neoclássicas. Marx, embora devedor de Ricardo em muitos aspectos, rejeitou a concepção de harmonia entre classes e enfatizou a exploração do trabalho como fundamento do capitalismo. Sua teoria do valor-trabalho e sua análise da mais-valia constituíram uma crítica radical à economia política de sua época, introduzindo um viés histórico e dialético que influenciaria amplamente o pensamento social (Marx, 2013). Os neoclássicos, ao deslocarem o foco para a utilidade e o equilíbrio, buscaram distanciar-se dessa crítica, reforçando o caráter científico e universalista de sua abordagem.

No entanto, a ênfase no equilíbrio estático e na racionalidade plena dos agentes mostrou-se limitada diante de fenômenos como crises econômicas, falhas de mercado e desemprego em massa, especialmente durante a Grande Depressão de 1929. Foi nesse cenário que as ideias de Keynes emergiram como uma ruptura paradigmática, questionando tanto o otimismo autorregulatório dos clássicos quanto a abstração dos neoclássicos. Ao propor a centralidade da demanda agregada, a importância da intervenção estatal e o reconhecimento da incerteza, Keynes estabeleceu um novo marco interpretativo que dialogava criticamente com essas tradições anteriores.

Conquanto, o pensamento econômico clássico e neoclássico forneceu as bases fundamentais para a construção da teoria econômica moderna. Os clássicos legaram a ênfase na produção, na divisão do trabalho e na dinâmica da distribui-

ção entre classes, enquanto os neoclássicos introduziram a análise marginalista, a subjetividade da utilidade e a formalização matemática. Essas tradições, embora distintas, compartilham a ambição de oferecer explicações abrangentes para o funcionamento das economias de mercado. A compreensão de seus fundamentos é imprescindível não apenas para situar o debate econômico em seu contexto histórico, mas também para compreender a emergência das contribuições keynesianas, que representaram um esforço de síntese e superação de suas limitações.

A REVOLUÇÃO KEYNESIANA

A chamada Revolução Keynesiana representou uma ruptura paradigmática na história do pensamento econômico. A publicação da obra *The General Theory of Employment, Interest and Money* em 1936 por John Maynard Keynes estabeleceu novas bases para a análise da dinâmica capitalista, rompendo com os pressupostos da economia clássica e neoclássica que dominavam o campo até então. Para compreender essa revolução, é necessário observar tanto o contexto histórico em que Keynes estava inserido quanto os elementos teóricos inovadores que formulou, os quais constituem um corpo conceitual capaz de redefinir a política econômica ao longo do século XX. O pano de fundo imediato da obra foi a Grande Depressão de 1929, um colapso sistêmico que colocou em xeque a suposta autorregulação dos mercados, mostrando de forma incontestável que os mecanismos de oferta e demanda não eram suficientes para assegurar o pleno emprego e a estabilidade macroeconômica (Skidelsky, 1992).

O primeiro aspecto fundamental da Revolução Keynesiana é a crítica frontal ao pensamento econômico clássico e à Lei de Say, segundo a qual a oferta criaria a sua própria demanda. Essa proposição, herdada da tradição clássica de Jean-Baptiste Say e amplamente defendida por economistas como Ricardo e, mais tarde, Marshall, sustentava que os mercados tenderiam naturalmente ao equilíbrio e que o desemprego seria apenas friccional ou voluntário. Keynes, em oposição, demonstrou que tal visão não correspondia à realidade, sobretudo em contextos de recessão profunda, quando a insuficiência de demanda agregada se revela estrutural e persistente (Keynes, 1936/2012). Nesse sentido, a teoria keynesiana desloca o eixo da análise da oferta para a demanda, enfatizando o papel central do consumo, do investimento e do gasto público como motores da atividade econômica.

A noção de demanda efetiva é o núcleo da teoria keynesiana. Para Keynes, o nível de emprego e de produção em uma economia não é determinado pela oferta de trabalho ou pela flexibilidade dos salários, mas pela demanda agregada, isto é, pela soma do consumo das famílias, do investimento das empresas e do gasto do governo. Em situações de crise, a insuficiência de demanda efetiva gera desempre-

go involuntário, pois não há mercado suficiente para absorver a produção potencial. Nesse ponto, Keynes rompeu radicalmente com a visão de equilíbrio natural da escola neoclássica, propondo que a intervenção estatal, por meio da política fiscal e monetária, era indispensável para estimular o investimento e sustentar a renda nacional (Davidson, 1994).

Dentro da teoria keynesiana, a propensão marginal a consumir se destaca como conceito explicativo da relação entre renda e consumo. Keynes demonstrou que, embora os indivíduos aumentem seu consumo quando a renda cresce, esse aumento não ocorre na mesma proporção, havendo sempre uma parcela destinada à poupança. Essa constatação tem implicações centrais para a política econômica, pois significa que em sociedades de alta renda a tendência ao aumento da poupança pode conduzir à insuficiência da demanda agregada, agravando os desequilíbrios do ciclo econômico (Minsky, 1975).

Outro conceito central é a eficiência marginal do capital, que reflete a expectativa de retorno dos investimentos produtivos em relação à taxa de juros vigente. Keynes mostrou que os empresários tomam decisões de investimento não apenas com base em fundamentos racionais, mas também guiados por expectativas voláteis e incerteza. Nesse sentido, a instabilidade das expectativas desempenha papel crucial, e o investimento privado pode ser insuficiente para garantir o pleno emprego. O Estado, portanto, deve atuar como investidor de última instância, compensando a retração do setor privado (Harrod, 1937).

A teoria keynesiana também se fundamenta na preferência pela liquidez, conceito que explica a demanda por moeda em função da incerteza. Os indivíduos e empresas preferem manter ativos líquidos em momentos de instabilidade, e isso eleva a taxa de juros, reduzindo os investimentos produtivos. Essa dinâmica desmonta a visão neoclássica da neutralidade da moeda, reforçando a necessidade de uma política monetária ativa capaz de modular a liquidez e estimular a atividade econômica (Hicks, 1937).

Outro elemento de destaque é o multiplicador keynesiano, segundo o qual o aumento inicial do investimento gera um efeito ampliado na renda nacional, em razão da cadeia de gastos subsequente. Esse conceito tem profunda importância prática, pois fornece justificativa teórica para as políticas de estímulo fiscal: um investimento público inicial pode desencadear um círculo virtuoso de crescimento, ampliando o emprego e a produção além do impacto imediato (Kahn, 1931).

A teoria do emprego em Keynes constitui talvez a maior ruptura com a tradição econômica clássica. Para ele, o desemprego não é resultado da rigidez dos salários ou da escolha voluntária dos trabalhadores, mas sim de uma falha sistêmica do mercado em gerar demanda suficiente para absorver a oferta de trabalho. Dessa forma, apenas o Estado pode criar condições para o pleno emprego, atuando

diretamente com políticas de gasto e investimentos estratégicos (Skidelsky, 2010).

Nesse ponto, o papel do Estado na economia assume centralidade. A visão de Keynes é de que os governos devem assumir uma postura ativa, utilizando a política fiscal expansiva em momentos de crise para sustentar a demanda efetiva. Isso envolve tanto o aumento dos gastos públicos quanto a redução de impostos, com o objetivo de estimular o consumo e o investimento. Paralelamente, a política monetária deve ser manejada para reduzir as taxas de juros, incentivando a atividade produtiva. A grande inovação de Keynes, portanto, não foi apenas elaborar uma teoria explicativa da crise, mas propor instrumentos práticos para superá-la, legitimando a intervenção governamental como elemento estrutural da gestão econômica (Eichengreen, 2000).

A Revolução Keynesiana, contudo, não se limitou à teoria. Suas ideias foram amplamente aplicadas a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, inspirando a criação do Estado de bem-estar social e moldando instituições como o FMI e o Banco Mundial, nas quais Keynes exerceu influência direta. As políticas keynesianas foram decisivas para sustentar o crescimento econômico das décadas de 1950 e 1960, período que ficou conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo, caracterizado por taxas elevadas de crescimento, baixa inflação e níveis historicamente altos de emprego (Hobsbawm, 1995).

Apesar de críticas posteriores vindas do monetarismo e da escola austríaca, que apontaram para os riscos de inflação e déficits públicos, o núcleo da Revolução Keynesiana permanece relevante. Crises recentes, como a de 2008 e a crise pandêmica de 2020, reafirmaram a atualidade das propostas keynesianas, evidenciando que os mercados não são autossuficientes e que a intervenção governamental é necessária para evitar colapsos prolongados (Krugman, 2009).

Para Harrod (1937), sob o aspecto teórico-econômico, a Revolução Keynesiana representou a fundação de um novo paradigma econômico, deslocando-se do foco da oferta para a demanda, ao reconhecer a incerteza como elemento estruturante das decisões econômicas e ao legitimar a intervenção do Estado, Keynes redefiniu os limites da teoria e da política econômica. Sua obra permanece como um marco fundamental para compreender tanto o passado quanto os desafios contemporâneos do capitalismo.

A POLÍTICA ECONÔMICA KEYNESIANA

A política econômica keynesiana representa uma das mais significativas revoluções teóricas e práticas na história da ciência econômica, fundamentando-se na crítica à insuficiência da autorregulação dos mercados e na defesa de uma inter-

venção ativa do Estado como agente indispensável à manutenção do pleno emprego e da estabilidade macroeconômica. Elaborada a partir da publicação da obra seminal de, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, em 1936, essa abordagem desafiou os postulados centrais da economia clássica e neoclássica, cujo arcabouço teórico se estruturava sobre a ideia de que o mercado, por meio dos mecanismos de preços e da flexibilidade salarial, seria capaz de garantir, de forma natural, o equilíbrio entre oferta e demanda. Ao contestar a Lei de Say e os pressupostos de neutralidade da moeda e autorregulação do sistema econômico, Keynes inaugurou um novo paradigma que redefiniu o papel do Estado e da política econômica no capitalismo contemporâneo (Keynes, 1936/2012).

O cerne da política econômica keynesiana está na noção de demanda efetiva, entendida como a soma do consumo das famílias, do investimento das empresas e do gasto do governo. Para Keynes (1936), o nível de emprego em uma economia não é determinado pela simples interação entre a oferta e a demanda de trabalho, mas sim pela capacidade da demanda agregada de sustentar a produção de bens e serviços. Quando a demanda é insuficiente, instala-se o desemprego involuntário, fenômeno que os economistas clássicos consideravam transitório ou inexistente. Essa ruptura conceitual abriu caminho para a formulação de políticas fiscais e monetárias ativas, com o objetivo de estabilizar o ciclo econômico, estimular o investimento e promover o pleno emprego (Davidson, 1994).

Um dos eixos centrais da política econômica keynesiana é a defesa do gasto público como instrumento de estímulo da demanda agregada. Diferentemente da visão clássica, que associava déficits fiscais a desequilíbrios nocivos para a economia, Keynes sustentava que, em momentos de recessão, o déficit público é não apenas justificável, mas necessário. Essa concepção baseia-se no efeito multiplicador, desenvolvido inicialmente por Kahn (1931) e sistematizado por Keynes, segundo o qual um aumento inicial nos gastos, seja público ou privado, desencadeia uma série de gastos secundários que ampliam a renda e o emprego de forma multiplicada. Por exemplo, quando o governo investe em obras públicas, contrata trabalhadores e empresas, os quais, por sua vez, aumentam seu consumo, estimulando novos investimentos e gerando um ciclo virtuoso de expansão econômica.

Nesse contexto, a política fiscal desempenha papel decisivo. Para Keynes, caberia ao governo adotar medidas anticíclicas, ampliando os gastos e reduzindo impostos em períodos de retração e, inversamente, retraindo o gasto e aumentando a arrecadação em momentos de expansão, de modo a evitar pressões inflacionárias. Essa abordagem contrasta diretamente com a visão ortodoxa que predominava até os anos 1930, segundo a qual o equilíbrio fiscal deveria ser mantido em todas as circunstâncias. Keynes, ao contrário, propôs o equilíbrio orçamentário ao longo do ciclo econômico, aceitando déficits temporários como instrumento de recupe-

ração (Skidelsky, 1992).

A política monetária, embora relevante, ocupa posição secundária na estrutura keynesiana, dada a preferência pela liquidez e a instabilidade das expectativas. Keynes demonstrou que a redução da taxa de juros, objetivo típico da política monetária, pode não ser suficiente para estimular o investimento privado em períodos de crise. Em tais situações, caracterizadas pela chamada “armadilha da liquidez”, a taxa de juros atinge níveis tão baixos que não consegue mais induzir os agentes a investir, pois predomina a preferência por ativos líquidos diante da incerteza radical quanto ao futuro (Hicks, 1937). Nesses cenários, apenas a intervenção direta do governo, por meio da expansão fiscal, pode restaurar a demanda e reativar a economia.

Outro elemento relevante da política econômica keynesiana é o reconhecimento do papel das expectativas na determinação das decisões de investimento. Keynes introduziu a noção de eficiência marginal do capital, que corresponde à expectativa de retorno dos investimentos produtivos. Quando essas expectativas são pessimistas, mesmo taxas de juros reduzidas não induzem o setor privado a investir. Tal diagnóstico rompe com a visão neoclássica de que os agentes atuam sempre de forma racional e calculista, destacando a importância dos chamados “espíritos animais” na dinâmica do capitalismo (Minsky, 1975). A política econômica keynesiana, nesse sentido, incorpora a instabilidade e a incerteza como elementos estruturais da análise, justificando a presença do Estado como investidor de última instância.

Na prática, a aplicação das ideias keynesianas se consolidou no período do pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente nas economias ocidentais, que passaram a adotar políticas de pleno emprego e bem-estar social. O Estado assumiu a responsabilidade de estabilizar o ciclo econômico e assegurar padrões mínimos de proteção social, criando o que se convencionou chamar de Estado de bem-estar social. Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) foram inspiradas pelo arcabouço keynesiano, e a ordem de Bretton Woods refletia a preocupação com a regulação macroeconômica e a coordenação internacional das políticas monetárias e cambiais (Eichengreen, 2000).

Um exemplo emblemático da política keynesiana foi o New Deal, implementado nos Estados Unidos durante a presidência de Franklin D. Roosevelt, ainda que anterior à publicação da *Teoria Geral*. O programa consistiu em um conjunto de medidas de expansão do gasto público, regulamentação do sistema financeiro e criação de empregos, antecipando em larga medida os princípios defendidos por Keynes. Posteriormente, as economias europeias também incorporaram tais políticas, financiando a reconstrução do pós-guerra por meio de investimentos públicos massivos, em consonância com o Plano Marshall.

A política econômica keynesiana, no entanto, não se limita à intervenção anti-cíclica em períodos de crise. Ela pressupõe também um papel estrutural do Estado no planejamento e coordenação do desenvolvimento econômico, promovendo investimentos de longo prazo em infraestrutura, educação, saúde e inovação. Keynes reconhecia que certos investimentos estratégicos não seriam realizados pelo setor privado devido à incerteza ou à baixa rentabilidade imediata, mas que eram fundamentais para sustentar o crescimento e a estabilidade no longo prazo. Nesse sentido, o Estado não é apenas um estabilizador, mas um agente ativo do desenvolvimento (Harrod, 1937).

No campo da política monetária, a contribuição keynesiana também se destaca pela crítica à visão quantitativista da moeda. Para a teoria clássica e monetarista, a moeda era neutra, afetando apenas os preços, mas não a produção e o emprego. Keynes demonstrou, ao contrário, que a moeda desempenha papel ativo na determinação do nível de atividade econômica, justamente porque a preferência pela liquidez influencia a taxa de juros e, por consequência, o volume de investimento. Assim, a gestão da política monetária não pode ser reduzida ao controle da oferta de moeda, exigindo um manejo cuidadoso das taxas de juros e da confiança dos agentes econômicos (Harcourt, 1972).

As críticas posteriores, sobretudo a partir da década de 1970, apontaram os limites da política econômica keynesiana, em particular diante do fenômeno da estagflação — combinação de inflação e desemprego —, que desafiou a eficácia dos instrumentos fiscais e monetários tradicionais. Economistas como Milton Friedman e os monetaristas defenderam que o excesso de intervenção estatal gerava inflação persistente, defendendo um retorno ao controle estrito da oferta monetária e à disciplina fiscal (Friedman, 1968). Ainda assim, crises mais recentes, como a de 2008, reacenderam o interesse pelas propostas keynesianas, demonstrando sua resiliência e atualidade.

A resposta à crise financeira global de 2008 ilustra a relevância contemporânea da política econômica keynesiana. Governos de diversos países recorreram a pacotes de estímulo fiscal, nacionalizações parciais de bancos e programas de gasto público para evitar o colapso do sistema financeiro e recuperar a atividade econômica. Economistas como Krugman (2009) defenderam abertamente o retorno a Keynes como guia para enfrentar a crise, argumentando que a austeridade fiscal proposta em alguns países aprofundou a recessão ao invés de resolvê-la.

De maneira semelhante, a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, trouxe novamente à tona a importância do pensamento keynesiano. Com a paralisação abrupta das atividades econômicas, os governos se viram obrigados a ampliar os gastos públicos em escala inédita para sustentar empresas, trabalhadores e sistemas de saúde. A emissão de dívida pública e os programas de transferência de

renda foram aplicados em larga escala, confirmando a centralidade da intervenção estatal em situações de choque sistêmico (Blanchard, 2020).

Portanto, a política econômica keynesiana se caracteriza por alguns princípios fundamentais: a centralidade da demanda agregada na determinação do nível de emprego e produção; a legitimidade do gasto público como instrumento de estabilização macroeconômica; a necessidade de políticas anticíclicas para enfrentar as flutuações do capitalismo; a importância da política monetária, embora limitada em situações de armadilha da liquidez; e o reconhecimento do papel estrutural do Estado no investimento e no planejamento econômico. Trata-se de um arcabouço teórico e prático que, embora alvo de críticas e revisões, permanece essencial para compreender e enfrentar as crises do capitalismo contemporâneo.

De acordo com Eichengreen (2000), a revolução inaugurada por Keynes não apenas redefiniu os rumos da teoria econômica, mas também moldou instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento que marcaram o século XX e permanecem vivas no século XXI. Ao romper com o dogma da autorregulação dos mercados e ao afirmar o papel central do Estado, a política econômica keynesiana continua a oferecer respostas consistentes aos dilemas do crescimento, da desigualdade e da instabilidade inerente às economias de mercado. Em última instância, sua relevância reside justamente na capacidade de reconhecer que a economia é marcada pela incerteza e pela instabilidade, exigindo, portanto, instrumentos de intervenção que assegurem o bem-estar coletivo e a prosperidade de longo prazo.

O PENSAMENTO DE KEYNES

PROPEDÊUTICA, AVALIAÇÃO E ATUALIDADE

METODOLOGIA

3

A elaboração de uma pesquisa acadêmica que se proponha a analisar o pensamento econômico de John Maynard Keynes, sobretudo no que se refere à sua contribuição teórica e prática para a compreensão e formulação de políticas econômicas no século XX e XXI, exige a definição de um percurso metodológico claro, consistente e rigoroso. Uma investigação de caráter científico precisa estabelecer de antemão os fundamentos que orientam a coleta, a seleção, a análise e a interpretação das informações, permitindo que a construção do trabalho seja transparente, reproduzível e intelectualmente robusta. Considerando a natureza do objeto de estudo e os objetivos delineados, o presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, método adequado para mapear, organizar, sistematizar e interpretar o conhecimento já produzido acerca de Keynes e das tradições econômicas clássicas, neoclássicas e keynesianas.

A revisão bibliográfica consiste em uma técnica de pesquisa que se estrutura na identificação, seleção e análise crítica de materiais já publicados em livros, artigos científicos, teses, dissertações, relatórios técnicos e documentos históricos relevantes. Não se trata de um procedimento meramente descritivo ou de simples compilação de informações dispersas. Pelo contrário, envolve um processo ativo de interpretação, comparação e síntese, com vistas a construir uma narrativa teórica e histórica que dialogue com diferentes autores e correntes, possibilitando novas compreensões sobre o tema. Tal abordagem metodológica, portanto, é coerente com a proposta desta monografia, que visa introduzir o pensamento keynesiano a partir de sua contextualização histórica, fundamentos clássicos e neoclássicos, transformações promovidas pela chamada revolução keynesiana e implicações nas políticas econômicas contemporâneas.

O ponto de partida metodológico foi a definição do objeto de estudo. Neste caso, a investigação busca compreender o pensamento de Keynes em sua abrangência, situando-o em relação às tradições econômicas anteriores e avaliando seu impacto teórico e prático. O recorte temporal principal concentra-se entre o final do século XIX e meados do século XX, período de maior efervescência das ideias keynesianas, embora a análise também contemple desdobramentos posteriores, incluindo releituras modernas da teoria. A escolha desse recorte permite delimitar o campo da revisão, evitando dispersões temáticas e assegurando que a análise seja consistente.

Na sequência, procedeu-se à definição das fontes a serem utilizadas. Em consonância com os objetivos da pesquisa, foram selecionadas obras clássicas de John Maynard Keynes, como *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), além de textos anteriores, como *Tratado sobre a Moeda* (1930) e *As Consequências Econômicas da Paz* (1919). Tais obras representam a base primária indispensável para qualquer estudo sério sobre Keynes, uma vez que revelam suas formulações originais.

Além disso, foram incluídos textos de economistas clássicos e neoclássicos que fundamentam o debate em torno do keynesianismo, como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, John Stuart Mill, Léon Walras, Alfred Marshall e Arthur Pigou. Esses autores permitem compreender o ambiente intelectual em que Keynes se formou e contra o qual reagiu.

Entretanto, uma revisão bibliográfica não pode se limitar aos textos fundadores. Por isso, foram também selecionadas obras secundárias e comentadores contemporâneos, tais como Harrod (1951), Skidelsky (2009), Davidson (2007), Minsky (1986) e Krugman (2012), entre outros, que discutem, reinterpretem e atualizam o pensamento keynesiano em diferentes contextos. Além de livros e artigos de referência, foram consultados artigos científicos recentes indexados em bases como Scopus, JSTOR, Web of Science e SciELO, de modo a incluir na análise contribuições mais atuais e garantir que a revisão esteja em sintonia com os debates acadêmicos contemporâneos. O processo de busca incluiu descritores como “Keynes”, “economia clássica”, “neoclassicismo”, “política econômica”, “macroeconomia keynesiana” e “revolução keynesiana”, utilizados de forma combinada e cruzada para ampliar a abrangência da pesquisa.

O critério de seleção das fontes considerou sua relevância, credibilidade acadêmica e pertinência temática. Obras publicadas em editoras reconhecidas, artigos em periódicos com revisão por pares e trabalhos de autores consagrados no campo da economia foram priorizados. Os materiais de caráter meramente opinativo, sem fundamentação científica ou sem impacto acadêmico significativo, foram excluídos. Além disso, deu-se preferência a produções que trouxessem não apenas uma exposição das ideias keynesianas, mas também análises críticas, comparativas e interpretativas, capazes de iluminar as continuidades e rupturas do pensamento econômico ao longo da história.

O processo de leitura e análise seguiu um percurso estruturado em etapas. Primeiramente, realizou-se uma leitura exploratória, com o objetivo de identificar os principais argumentos de cada obra, seus contextos de produção e a relevância para os objetivos do trabalho. Em seguida, procedeu-se a uma leitura analítica, voltada para a compreensão profunda dos conceitos, categorias e metodologias empregadas pelos autores, bem como para a identificação de convergências e divergências entre eles. Por fim, aplicou-se uma leitura interpretativa e crítica, etapa em que os conteúdos foram comparados, contrapostos e integrados, de modo a construir uma síntese teórica coerente e articulada. Esse processo não buscou apenas reproduzir o que já foi escrito, mas interpretar e reorganizar os argumentos para dar sentido ao objeto da pesquisa.

A sistematização das informações foi realizada a partir da organização das ideias em torno dos eixos estruturantes da monografia, correspondentes aos ca-

pítulos e subcapítulos previstos no sumário. Assim, os materiais que abordavam a biografia e o contexto histórico de Keynes foram alocados na seção correspondente, enquanto os textos sobre economia clássica e neoclássica fundamentaram a discussão sobre os antecedentes intelectuais. Os debates sobre a revolução keynesiana e as implicações das políticas econômicas foram reunidos nos capítulos específicos, de modo que cada seção do trabalho se apoiasse em uma base sólida de evidências teóricas e históricas. Esse processo de organização também envolveu a elaboração de fichamentos, resumos críticos e mapas conceituais, instrumentos que facilitaram a comparação entre autores e a identificação de padrões argumentativos.

Em termos de abordagem metodológica geral, a pesquisa assume um caráter qualitativo, uma vez que se concentra na análise de textos, conceitos e argumentos, sem recorrer a instrumentos estatísticos ou empíricos. O objetivo não é mensurar fenômenos econômicos com base em dados quantitativos, mas compreender os fundamentos teóricos que orientam as interpretações e as políticas econômicas. Ainda assim, quando pertinente, foram incorporadas informações quantitativas presentes nas próprias obras consultadas, como estatísticas sobre emprego, renda e crescimento econômico, mas sempre com a finalidade de ilustrar e contextualizar os argumentos teóricos.

A análise crítica desempenha papel central neste estudo. Ao lidar com tradições econômicas distintas, como a clássica, a neoclássica e a keynesiana, torna-se fundamental evitar leituras parciais ou dogmáticas. O método de revisão bibliográfica, nesse sentido, oferece a possibilidade de construir um panorama abrangente, em que os argumentos são avaliados em suas potencialidades e limitações. A análise buscou, portanto, evidenciar não apenas os avanços trazidos por Keynes, mas também as críticas que recebeu de seus contemporâneos e sucessores, como os monetaristas, os novos clássicos e os pós-keynesianos. Essa postura crítica assegura que o trabalho não se reduza a uma apologia, mas que contribua efetivamente para o debate acadêmico.

Outro aspecto metodológico relevante foi a delimitação do escopo linguístico da pesquisa. Foram privilegiadas fontes em português, inglês e espanhol, de modo a ampliar o acesso às diferentes tradições de interpretação do keynesianismo. A inclusão de textos em inglês mostrou-se essencial, dado que a maioria das obras de Keynes e de seus comentadores clássicos foi originalmente publicada nesse idioma. As traduções para o português foram utilizadas sempre que disponíveis, mas sem renunciar à consulta às versões originais, a fim de evitar distorções de sentido.

No que tange à forma de apresentação dos resultados, a revisão bibliográfica foi estruturada de maneira a garantir clareza, coerência e progressão lógica. O tex-

to segue uma linha de raciocínio que parte do contexto histórico e biográfico de Keynes, passa pela exposição dos fundamentos clássicos e neoclássicos, aborda a ruptura keynesiana e culmina na análise das políticas econômicas inspiradas em seu pensamento. Essa organização não é apenas didática, mas metodológica, pois permite que o leitor acompanhe a evolução do debate e compreenda como cada etapa se conecta à seguinte.

Cabe ressaltar ainda que o estudo respeitou os critérios éticos e de integridade acadêmica. Todas as fontes consultadas foram devidamente citadas ao longo do texto, em conformidade com a NBR 10520:2023, e as referências foram listadas integralmente de acordo com a NBR 6023:2018. O trabalho evitou qualquer forma de plágio, reconhecendo a autoria das ideias e preservando a originalidade da análise. Além disso, buscou-se adotar uma linguagem clara, precisa e acessível, sem renunciar ao rigor científico.

Outro elemento que merece destaque é o limite e as limitações metodológicas do estudo. Por tratar-se de uma revisão bibliográfica, não se pretende aqui esgotar o tema nem oferecer respostas definitivas às complexas questões econômicas suscitadas pelo keynesianismo. A análise está restrita às obras selecionadas, o que implica que outras fontes e interpretações, eventualmente relevantes, possam não ter sido incluídas. Ademais, a ênfase na abordagem qualitativa significa que não foram utilizados métodos empíricos ou quantitativos para testar hipóteses. Essas limitações, no entanto, não comprometem a validade do trabalho, mas apenas indicam o campo em que os resultados podem ser interpretados.

Por fim, a metodologia aqui descrita possibilita que este estudo cumpra seus objetivos centrais: oferecer uma introdução ampla e fundamentada ao pensamento de Keynes, contextualizando-o em relação às tradições econômicas clássicas e neoclássicas, analisando sua revolução teórica e discutindo suas implicações para as políticas econômicas contemporâneas. Ao sistematizar e interpretar criticamente a literatura existente, o trabalho busca não apenas reproduzir conhecimentos já consolidados, mas também suscitar reflexões e questionamentos que contribuam para o aprofundamento do debate acadêmico sobre Keynes e sua atualidade.

O PENSAMENTO DE KEYNES

PROPEDÊUTICA, AVALIAÇÃO E ATUALIDADE

RESULTADOS E DISCUSSÕES

4

O presente capítulo dedica-se à apresentação e análise crítica dos principais resultados decorrentes da revisão bibliográfica empreendida, organizados de forma a sistematizar as discussões em torno do pensamento keynesiano e de suas repercussões históricas e contemporâneas. Diferentemente dos capítulos anteriores, voltados à construção teórica, ao resgate histórico e à exposição das bases conceituais, este espaço busca problematizar, contextualizar e avaliar os desdobramentos da teoria keynesiana no debate econômico ao longo do tempo, com base em interpretações de autores clássicos, críticos e contemporâneos. Para tanto, foram estabelecidos seis eixos de análise: as críticas dirigidas a Keynes, a atualidade de seu pensamento, o keynesianismo no pós-guerra e sua associação ao Estado de bem-estar social, as políticas públicas inspiradas em Keynes no século XXI, as releituras de sua teoria – incluindo neokeynesianos e pós-keynesianos – e, finalmente, as perspectivas sobre o debate keynesiano e seus críticos.

O primeiro eixo, referente às críticas ao pensamento de Keynes, busca examinar as objeções levantadas tanto por seus contemporâneos quanto por correntes posteriores. Keynes provocou uma ruptura significativa com a tradição clássica e neoclássica ao enfatizar a instabilidade dos mercados e a necessidade de intervenção estatal. Contudo, sua abordagem encontrou resistência entre defensores da autorregulação dos mercados, entre monetaristas e, mais tarde, entre teóricos das expectativas racionais. Ao discutir essas críticas, o objetivo é evidenciar os pontos de tensão que acompanharam o keynesianismo desde sua formulação original e que moldaram o desenvolvimento da macroeconomia ao longo do século XX. Essa análise é crucial para compreender não apenas os limites apontados na teoria, mas também os desafios enfrentados por políticas inspiradas em Keynes em diferentes contextos históricos.

No segundo eixo, a atenção recai sobre as atualidades do pensamento de Keynes, explorando sua pertinência diante dos dilemas econômicos contemporâneos. Crises financeiras globais, como a de 2008, reavivaram o interesse pelas ideias keynesianas, especialmente no que se refere ao papel do Estado em momentos de recessão. Ao mesmo tempo, debates sobre desigualdade, desemprego estrutural e mudanças climáticas reforçam a relevância das reflexões de Keynes acerca da incerteza e da necessidade de coordenação coletiva. Essa seção pretende demonstrar que, embora formulado em meados do século XX, o pensamento keynesiano mantém-se como uma referência fundamental para interpretar e responder a crises econômicas do século XXI.

O terceiro eixo discute o keynesianismo no pós-guerra e sua relação com o Estado de bem-estar social. Entre as décadas de 1940 e 1970, o keynesianismo consolidou-se como paradigma dominante em muitas economias ocidentais, sustentando políticas fiscais expansionistas e sistemas de proteção social. Esse período,

frequentemente referido como a “era de ouro do capitalismo”, foi marcado por crescimento econômico elevado, ampliação do consumo de massas e expansão dos direitos sociais. Entretanto, a partir da década de 1970, com a crise do petróleo e o advento da estagflação, esse modelo passou a ser questionado, abrindo espaço para o ressurgimento de correntes liberais e monetaristas. A análise desse eixo permite compreender como as ideias keynesianas se institucionalizaram e, ao mesmo tempo, como enfrentaram limites estruturais no contexto das transformações globais.

No quarto eixo, o debate desloca-se para as políticas públicas inspiradas em Keynes no século XXI, destacando exemplos práticos de intervenção estatal em resposta a crises recentes. A crise financeira de 2008 e, mais recentemente, os impactos econômicos da pandemia de COVID-19, ilustram a retomada de políticas fiscais expansionistas, pacotes de estímulo e programas de proteção social em diferentes países. Essa seção procura relacionar tais medidas às proposições keynesianas originais, ressaltando tanto sua eficácia quanto os dilemas enfrentados em um contexto de globalização financeira e de restrições fiscais crescentes.

O quinto eixo dedica-se às releituras do keynesianismo, abrangendo as correntes nekeynesianas e pós-keynesianas. Os nekeynesianos buscaram integrar a teoria de Keynes aos modelos formais da macroeconomia, combinando elementos microeconômicos com a lógica de rigidezes nominais e falhas de mercado. Já os pós-keynesianos enfatizaram aspectos como a incerteza radical, a instabilidade financeira e a distribuição de renda, ampliando as discussões para além do arcabouço original. Essa seção permitirá demonstrar como o legado de Keynes foi reinterpretado e adaptado ao longo das décadas, mantendo-se como fonte de debate e inovação teórica dentro da ciência econômica.

Finalmente, o sexto eixo trata das perspectivas sobre o debate keynesiano e seus críticos, situando o keynesianismo no cenário acadêmico atual. A macroeconomia contemporânea é marcada pela coexistência de múltiplas abordagens, entre as quais o keynesianismo ocupa lugar central, seja como referência, seja como contraponto. O diálogo com correntes como o monetarismo, o novo institucionalismo e a economia comportamental mostra que as ideias de Keynes continuam sendo objeto de controvérsia e reelaboração. Ao problematizar essas perspectivas, busca-se não apenas avaliar a vitalidade do keynesianismo, mas também destacar os desafios para sua adaptação às transformações estruturais do capitalismo global.

De forma integrada, esses seis eixos estruturam o capítulo de resultados e discussões, permitindo uma visão ampla e crítica do pensamento keynesiano. Ao mesmo tempo em que recupera debates históricos, o capítulo também enfatiza a atualidade das ideias de Keynes, sua influência em políticas públicas e as múltiplas releituras que continuam a inspirar pesquisas acadêmicas. Assim, longe de

se limitar a um legado do passado, o keynesianismo revela-se como uma tradição viva, em constante disputa e atualização, capaz de iluminar questões fundamentais para a compreensão da economia contemporânea e para o desenho de respostas às crises recorrentes que caracterizam o capitalismo moderno.

CRÍTICAS AO PENSAMENTO DE KEYNES

Desde a publicação de *The General Theory of Employment, Interest and Money* em 1936, o pensamento de Keynes desencadeou não apenas uma transformação profunda na ciência econômica, mas também um intenso e permanente debate acadêmico. Sua ruptura com a ortodoxia clássica e neoclássica abriu novas possibilidades de interpretação da dinâmica capitalista, ao enfatizar o papel da incerteza, da demanda efetiva e da intervenção estatal. No entanto, ao mesmo tempo em que galvanizou uma geração de economistas e inspirou políticas de reconstrução econômica no pós-guerra, Keynes também enfrentou críticas vigorosas de contemporâneos e de correntes posteriores. Essas objeções, que emergiram de perspectivas distintas, contribuíram para moldar o desenvolvimento da macroeconomia como campo de estudo, resultando em releituras, adaptações e rejeições de diferentes aspectos de sua obra.

As críticas ao keynesianismo podem ser classificadas em diferentes níveis: teórico-conceitual, metodológico, empírico e político-ideológico. No plano teórico, muitos economistas questionaram a consistência lógica dos modelos de Keynes, especialmente a rejeição à lei de Say e a ênfase no desequilíbrio como traço estrutural da economia capitalista. Do ponto de vista metodológico, sua abordagem foi considerada por alguns excessivamente agregada e imprecisa, incapaz de oferecer fundamentos microeconômicos robustos. Em termos empíricos, críticos alegaram que suas proposições não se sustentavam em diferentes contextos históricos, como evidenciado pela crise da estagflação na década de 1970. Por fim, em termos político-ideológicos, Keynes foi atacado tanto por defensores do liberalismo econômico, que o acusavam de justificar intervenções excessivas do Estado, quanto por correntes marxistas, que viam em suas propostas uma tentativa de preservar o capitalismo em crise.

Uma das primeiras críticas relevantes veio de economistas ligados à tradição clássica e neoclássica, como Dennis Robertson e Arthur Pigou. Pigou, professor em Cambridge e figura central do pensamento neoclássico, defendia a ideia de que o desemprego involuntário poderia ser corrigido por meio de ajustes salariais. Para ele, a teoria da oferta de trabalho explicava a existência de desemprego como resultado de rigidezes salariais, e não como consequência de falhas inerentes ao sistema capitalista. Keynes contestou essa visão, argumentando que reduções sa-

lariais generalizadas não necessariamente aumentariam o nível de emprego, pois poderiam reduzir a demanda agregada. Pigou, no entanto, insistiu que a análise de Keynes negligenciava os mecanismos de autorregulação dos mercados, crítica que ecoou entre outros economistas (Pigou, 1937).

No campo da teoria monetária, Friedrich Hayek emergiu como um dos mais severos opositores de Keynes. Em *Prices and Production* (1931) e outros trabalhos, Hayek sustentava que ciclos econômicos eram consequência de expansões artificiais do crédito promovidas por políticas monetárias frouxas. Para ele, a intervenção estatal proposta por Keynes agravaria distorções e prolongaria desequilíbrios, em vez de solucioná-los. Hayek defendia que a crise fazia parte do processo de ajuste do mercado e que qualquer tentativa de a mitigar por meio de gastos públicos apenas postergaria o necessário reajuste da estrutura de capital. A controvérsia entre Keynes e Hayek marcou de forma emblemática o debate econômico dos anos 1930, representando visões antagônicas sobre o papel do Estado e a natureza das crises.

Outro núcleo de críticas surgiu com a ascensão do monetarismo, especialmente a partir das contribuições de Milton Friedman. Em *A Monetary History of the United States* (1963), Friedman e Schwartz argumentaram que a Grande Depressão não foi causada pela insuficiência de demanda agregada, como afirmara Keynes, mas por erros na condução da política monetária pelo Federal Reserve, que teria permitido uma contração severa da oferta de moeda. Para Friedman, a instabilidade econômica não era inerente ao capitalismo, mas sim produto de falhas de política. Em sua visão, políticas fiscais expansionistas eram ineficazes no longo prazo e tendiam a gerar inflação, sendo mais adequado adotar regras estáveis de crescimento da oferta monetária. O monetarismo, assim, apresentou-se como uma crítica teórica e prática à eficácia das ferramentas fiscais propostas por Keynes.

Nos anos 1970, a ocorrência da estagflação – combinação de inflação elevada com estagnação econômica – trouxe um golpe severo à credibilidade keynesiana. O arcabouço teórico de Keynes e de seus seguidores não previa tal fenômeno, uma vez que, segundo a curva de Phillips, haveria uma relação inversa entre inflação e desemprego. A crise energética de 1973 mostrou, porém, que altas taxas de desemprego podiam coexistir com inflação acelerada, desafiando os fundamentos das políticas keynesianas. Nesse contexto, a crítica ganhou força com a Nova Macroeconomia Clássica, representada por autores como Robert Lucas, Thomas Sargent e Edward Prescott, que formularam a teoria das expectativas racionais. Para esses economistas, políticas discricionárias do governo eram ineficazes porque os agentes econômicos antecipavam suas consequências, ajustando seu comportamento de forma a neutralizá-las. Essa crítica metodológica atingiu o cerne da intervenção fiscal keynesiana, minando sua legitimidade entre muitos formuladores

de políticas.

Paralelamente, críticas de matriz marxista apontavam que as propostas de Keynes eram reformistas e insuficientes para enfrentar as contradições fundamentais do capitalismo. Para autores como Paul Baran e Paul Sweezy, Keynes não pretendia superar o sistema, mas apenas estabilizá-lo por meio de políticas de estímulo ao consumo e ao investimento. Sob essa ótica, suas ideias serviriam como uma espécie de “engenharia de emergência” para garantir a sobrevivência do capitalismo em crise, sem enfrentar suas raízes estruturais: a exploração do trabalho, a desigualdade e a tendência à concentração de capital. Em *O Capital Monopolista* (1966), Baran e Sweezy argumentaram que a intervenção estatal poderia até mitigar crises cíclicas, mas não eliminava as contradições de longo prazo, como a tendência à estagnação e à financeirização.

Além dessas críticas de natureza teórica e ideológica, Keynes também enfrentou objeções metodológicas. Sua obra foi acusada de ser excessivamente agregada, ao trabalhar com variáveis macroeconômicas sem oferecer uma fundamentação microeconômica consistente. Esse ponto foi enfatizado por críticos que, a partir da década de 1950, buscavam construir modelos que reconciliassem as ideias de Keynes com a teoria do equilíbrio geral, como fizeram os neokeynesianos. Ainda assim, detratores argumentavam que tal esforço evidenciava a fragilidade do próprio pensamento keynesiano em seus fundamentos originais.

Outra crítica relevante diz respeito à aplicabilidade das ideias keynesianas em contextos distintos do enfrentado na Grande Depressão. Alguns autores defenderam que suas prescrições seriam adequadas em cenários de recessão aguda, mas não em economias de pleno emprego ou em situações de choque de oferta. Nesse sentido, a experiência do pós-guerra demonstrou tanto a força quanto as limitações do keynesianismo: embora tenha sustentado o crescimento por décadas, mostrou-se incapaz de responder a novas formas de crise, especialmente nos anos 1970.

Contudo, cabe destacar que as críticas ao keynesianismo não significaram seu desaparecimento. Pelo contrário, muitas dessas objeções estimularam releituras, adaptações e novas correntes, como o neokeynesianismo e o pós-keynesianismo. Além disso, crises recentes, como a de 2008, reacenderam o interesse por suas ideias, sugerindo que muitas das críticas, ainda que pertinentes, não invalidaram a relevância duradoura de sua obra.

Consoante a isso, pontua-se que as críticas ao pensamento de Keynes revelam a vitalidade do debate econômico e a pluralidade de interpretações sobre o funcionamento do capitalismo. Desde os embates com Pigou e Hayek até os questionamentos de Friedman e Lucas, passando pelas objeções marxistas, o keynesianismo sempre esteve no centro de controvérsias acadêmicas e políticas. Essas críticas não

apenas desafiaram suas proposições, mas também impulsionaram o desenvolvimento da macroeconomia, consolidando Keynes como uma referência incontornável, seja como inspiração ou como contraponto.

ATUALIDADES DO PENSAMENTO DE KEYNES

A permanência e a atualidade do pensamento de Keynes constituem um dos elementos mais marcantes da história das ideias econômicas. Embora tenha elaborado suas formulações centrais em um contexto histórico específico – a crise de 1929 e seus desdobramentos –, suas proposições continuam a orientar debates teóricos e políticos acerca do papel do Estado, da dinâmica dos mercados e das formas de lidar com crises cíclicas do capitalismo. Desde a publicação de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* em 1936, a economia keynesiana tem oscilado entre momentos de hegemonia e de contestação, mas jamais deixou de ser referência obrigatória. Nas últimas décadas, especialmente após a crise financeira global de 2008 e os impactos da pandemia de COVID-19, observa-se um renovado interesse pelas ideias de Keynes, demonstrando sua resiliência teórica e sua capacidade de oferecer instrumentos interpretativos para compreender e enfrentar os dilemas contemporâneos.

Um dos elementos centrais da atualidade do pensamento keynesiano está na crítica à crença na autorregulação dos mercados. Keynes sustentava que, em situações de incerteza e de colapso da demanda agregada, o funcionamento espontâneo do mercado não é capaz de restabelecer o equilíbrio de pleno emprego, sendo necessária a intervenção do Estado por meio de políticas fiscais e monetárias ativas (Keynes, 1936). Essa proposição, que rompeu com a ortodoxia clássica e neoclássica, mantém-se atual diante de crises globais que demonstram a vulnerabilidade do sistema financeiro e produtivo. Para autores como Stiglitz (2010), a crise de 2008 mostrou, de forma inequívoca, os limites da desregulamentação e a indispensabilidade da atuação estatal para evitar colapsos sistêmicos.

A crise de 2008, desencadeada pela implosão do mercado imobiliário norte-americano e pela disseminação de ativos tóxicos no sistema financeiro global, levou a uma série de medidas governamentais de inspiração keynesiana. Planos de estímulo fiscal, como o *American Recovery and Reinvestment Act* nos Estados Unidos, e pacotes de resgate bancário e estímulo ao crédito em diversos países europeus, resgataram a centralidade da política fiscal como instrumento de estabilização econômica. Krugman (2012), em sua obra *Acabem com esta crise já!*, defende explicitamente a retomada das políticas keynesianas de expansão da demanda agregada para combater recessões, criticando a ênfase em políticas de austeridade fiscal que predominaram em vários países após 2010. Para Krugman, o erro das

economias avançadas foi não ampliar suficientemente os estímulos, o que prolongou os efeitos recessivos e ampliou o desemprego.

Além da crise financeira global, a pandemia de COVID-19 trouxe novamente à tona o debate keynesiano. Em 2020 e 2021, governos de diferentes matizes ideológicos recorreram a medidas de gasto público em larga escala para sustentar a renda das famílias, preservar empregos e apoiar empresas. A suspensão temporária de regras fiscais na União Europeia, a criação do *Auxílio Emergencial* no Brasil e pacotes trilionários nos Estados Unidos e no Japão exemplificam a adoção de políticas anticíclicas de caráter keynesiano em um cenário de retração econômica sem precedentes. Mazzucato (2020) destaca que a pandemia evidenciou não apenas a necessidade de atuação estatal para mitigar crises, mas também o potencial do Estado como agente de inovação e de transformação estrutural, expandindo o horizonte do keynesianismo para além da estabilização conjuntural.

Outro aspecto da atualidade de Keynes refere-se ao conceito de incerteza. Diferentemente da noção de risco probabilístico, a incerteza keynesiana enfatiza a imprevisibilidade radical de determinados fenômenos econômicos, que inviabiliza cálculos precisos sobre o futuro (Keynes, 1937). Esse conceito tem sido retomado em discussões sobre instabilidade financeira, mudanças climáticas e transformações tecnológicas. Minsky (1986), em sua teoria da instabilidade financeira, ampliou a análise de Keynes ao demonstrar como períodos de estabilidade podem gerar comportamentos especulativos que culminam em crises. Autores contemporâneos, como Keen (2011), dialogam com essa tradição ao criticar modelos macroeconômicos que ignoram o papel do endividamento e da fragilidade financeira, reafirmando a pertinência do enfoque keynesiano.

No campo das desigualdades sociais, as ideias de Keynes também mantêm relevância. Embora sua teoria não tenha como eixo central a questão distributiva, sua ênfase na elevação da demanda agregada por meio do aumento do emprego e da renda converge com debates atuais sobre redução da desigualdade. Piketty (2014), em *O Capital no Século XXI*, ao analisar a concentração de riqueza no capitalismo contemporâneo, dialoga indiretamente com Keynes ao enfatizar a necessidade de políticas redistributivas e de regulação para conter desequilíbrios estruturais. Nesse sentido, o keynesianismo oferece um marco teórico que se articula com propostas de justiça social e de ampliação do bem-estar coletivo.

As atuais discussões sobre transição ecológica e sustentabilidade também podem ser lidas à luz do pensamento keynesiano. Embora Keynes não tenha desenvolvido diretamente uma teoria ambiental, sua valorização da intervenção pública e da coordenação coletiva serve como base para propostas de “Green New Deal”, defendidas por economistas e ambientalistas como uma resposta simultânea à crise climática e à estagnação econômica. Segundo Pettifor (2019), a tradição keyne-

siana é fundamental para pensar políticas públicas que mobilizem investimentos massivos em energia limpa, transporte sustentável e infraestrutura verde, promovendo ao mesmo tempo crescimento econômico e redução de emissões. Nesse contexto, Keynes revela-se não apenas como um autor do passado, mas como uma referência que ilumina alternativas para desafios existenciais do presente.

Outro campo em que o pensamento keynesiano se mostra atual é o debate sobre globalização e soberania econômica. Em *As Consequências Econômicas da Paz* (1919), Keynes já alertava para os riscos de políticas econômicas descoladas das realidades sociais e para os efeitos desestabilizadores de uma ordem internacional desequilibrada. No mundo contemporâneo, marcado por crises financeiras recorrentes, tensões geopolíticas e interdependência global, sua reflexão sobre a importância da coordenação internacional e da cooperação multilateral mantém grande pertinência. A atuação de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, criadas em parte sob inspiração keynesiana, continua sendo alvo de debates sobre a adequação de suas políticas às necessidades de estabilidade global. Eichengreen (2008) destaca que as propostas keynesianas de uma ordem monetária internacional mais equilibrada ainda ressoam nos debates sobre reforma do sistema financeiro global.

Além disso, as interpretações pós-keynesianas ampliaram a atualidade de Keynes aprofundando sua análise sobre finanças, incerteza e distribuição de renda. Hyman Minsky, Paul Davidson e Joan Robinson, entre outros, reforçaram que o legado keynesiano não se limita à Teoria Geral, mas abre espaço para um programa de pesquisa ainda em desenvolvimento. Davidson (2007) argumenta que a incerteza radical defendida por Keynes não pode ser incorporada plenamente em modelos de equilíbrio, devendo fundamentar políticas que priorizem estabilidade e pleno emprego. Essas discussões se mantêm atuais diante de crises de dívida soberana, volatilidade cambial e instabilidades nos fluxos de capitais.

Não obstante, a atualidade de Keynes também se reflete na crítica às políticas de austeridade fiscal. Após a crise de 2008, muitos países, sobretudo na Europa, adotaram medidas de corte de gastos e redução de déficits, na tentativa de restaurar a confiança dos mercados. No entanto, estudos como os de Blyth (2013) demonstram que tais políticas aprofundaram a recessão e agravaram o desemprego, confirmando a crítica keynesiana de que a contração do gasto público em momentos de crise acentua a queda da demanda agregada e prolonga a estagnação. A oposição entre políticas expansionistas e políticas de austeridade, portanto, constitui um dos principais terrenos em que o pensamento de Keynes se mostra atual e necessário.

A relação entre tecnologia, emprego e transformações do mercado de trabalho também pode ser analisada a partir de Keynes. Em seu ensaio “Possibilidades

Econômicas para os Nossos Netos” (1930), ele antecipava o impacto das inovações tecnológicas sobre a redução da necessidade de trabalho humano, projetando uma futura sociedade de abundância. Embora essa previsão não tenha se realizado de forma linear, a atualidade do debate sobre automação, inteligência artificial e futuro do trabalho revela a pertinência de suas reflexões. Brynjolfsson e McAfee (2014), ao analisarem os efeitos das tecnologias digitais sobre o emprego, dialogam com questões levantadas por Keynes sobre como administrar ganhos de produtividade de forma a ampliar o bem-estar social.

Por conseguinte, a atualidade do pensamento de Keynes não se restringe à recuperação de suas ideias originais, mas envolve sua capacidade de dialogar com problemas novos e complexos. Sua ênfase no papel do Estado, na importância da demanda agregada, na incerteza e na necessidade de cooperação internacional fornece uma base teórica que continua a orientar debates em torno da política fiscal, da regulação financeira, da redistribuição de renda, da sustentabilidade e da governança global. Como argumenta Skidelsky (2009), Keynes permanece indispensável porque sua teoria não se reduz a modelos fechados, mas oferece uma forma de pensar a economia como ciência social, atenta às instituições, às expectativas e ao comportamento humano.

Ainda Skidelsky (2009), observa que a permanência e a renovação do keynesianismo evidenciam que seu pensamento continua a ser um ponto de referência essencial na economia contemporânea. Ao mesmo tempo em que se reconhecem suas limitações e a necessidade de adaptações, observa-se que suas ideias oferecem respostas eficazes para crises periódicas do capitalismo e para os desafios do século XXI. A teoria keynesiana, longe de ser uma peça de museu, continua viva, influente e em permanente diálogo com novas realidades econômicas e sociais, confirmando a profundidade de sua contribuição para a compreensão das complexidades do mundo moderno.

O KEYNESIANISMO NO PÓS-GUERRA E NO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O período posterior à Segunda Guerra Mundial representou uma inflexão decisiva para o pensamento econômico e para a política econômica internacional, tendo o keynesianismo assumido um papel central como fundamento das estratégias de reconstrução, de estabilidade macroeconômica e de desenvolvimento social. O arcabouço teórico construído por John Maynard Keynes ofereceu instrumentos conceituais e práticos para o enfrentamento dos problemas econômicos que emergiram em escala global a partir da devastação do conflito. Se antes as ideias de Keynes eram vistas por muitos economistas como um conjunto de pro-

postas heterodoxas, após a guerra elas se tornaram o novo consenso dominante, moldando políticas de pleno emprego, regulação estatal e expansão do Estado de Bem-Estar Social.

Segundo Skidelsky (2009), o keynesianismo tornou-se, entre as décadas de 1940 e 1970, a doutrina econômica hegemônica, influenciando governos em países industrializados e organismos internacionais. A partir do Plano Marshall, implementado em 1948, a reconstrução europeia baseou-se fortemente em políticas de investimento público, financiamento externo e programas de expansão da demanda, o que refletia diretamente a aplicação de princípios keynesianos. Do mesmo modo, no Japão, as reformas institucionais conduzidas sob supervisão norte-americana combinaram planejamento estatal e estímulos à industrialização, criando um ambiente propício ao crescimento acelerado.

A consolidação do Estado de Bem-Estar Social no pós-guerra deve ser entendida como parte desse movimento histórico. Países europeus, como Reino Unido, França, Alemanha e Suécia, incorporaram progressivamente sistemas de seguridade social universais, ampliação de direitos trabalhistas e expansão dos serviços públicos de saúde e educação. Essas políticas, segundo Esping-Andersen (1990), constituíram o núcleo do chamado “compromisso social-democrata”, em que a estabilidade econômica se articulava ao reconhecimento de direitos sociais básicos. A inspiração keynesiana estava em sustentar, por meio do gasto público, níveis elevados de emprego e renda, assegurando a base material para o funcionamento dos sistemas de proteção social.

No contexto britânico, o relatório Beveridge (1942) foi decisivo para orientar a criação do moderno sistema de seguridade social. Embora não fosse diretamente inspirado em Keynes, suas recomendações dialogavam com a lógica keynesiana de estabilização: combater os “cinco gigantes” – miséria, doença, ignorância, insalubridade e ociosidade – exigia a ação do Estado em larga escala, mobilizando recursos fiscais para atender às necessidades sociais e reduzir desigualdades estruturais. O governo trabalhista de Clement Attlee (1945-1951) consolidou essas reformas, nacionalizando setores estratégicos e expandindo serviços públicos, em sintonia com a visão de Keynes sobre o papel do Estado como agente ativo na economia (Skidelsky, 1992).

No plano internacional, o keynesianismo também influenciou profundamente a criação das instituições de Bretton Woods, em 1944, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Keynes, que participou ativamente das negociações, defendia mecanismos de cooperação internacional capazes de garantir estabilidade monetária, evitar crises de balanço de pagamentos e sustentar a expansão do comércio global. Embora suas propostas mais arrojadas, como a criação de uma moeda internacio-

nal – o *bancor* –, não tenham sido aceitas, o espírito keynesiano de coordenação econômica multilateral impregnou a ordem econômica do pós-guerra (Eichengreen, 2008).

A chamada “idade de ouro do capitalismo” (1945-1973), descrita por Hobsbawm (1995), constitui o auge da aplicação prática do keynesianismo. Nesse período, as economias ocidentais cresceram a taxas médias de 4% a 5% ao ano, com baixa inflação, ampliação do emprego e melhoria significativa nos indicadores de bem-estar social. A conjugação de políticas fiscais expansionistas, investimentos em infraestrutura e políticas industriais ativas consolidou uma era de prosperidade inédita. O pleno emprego, defendido por Keynes como condição fundamental para a estabilidade social, tornou-se uma realidade em grande parte da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

Contudo, a consolidação do Estado de Bem-Estar Social não se deu sem tensões políticas e econômicas. A regulação estatal e a redistribuição de renda, embora eficazes na promoção da estabilidade, encontraram resistência de setores empresariais que temiam a perda de autonomia e de rentabilidade. Além disso, o financiamento de sistemas de seguridade social exigia uma carga tributária elevada, gerando debates sobre sustentabilidade fiscal. Nesse ponto, autores como Kalecki (1943) já haviam antecipado as contradições políticas do pleno emprego: embora funcional para o crescimento econômico, ele reduzia o poder disciplinador do desemprego sobre a classe trabalhadora, alterando a correlação de forças entre capital e trabalho.

Durante as décadas de 1950 e 1960, economistas keynesianos desenvolveram modelos formais que buscavam sistematizar a relação entre política fiscal, monetária e crescimento econômico. Destacam-se os trabalhos de Samuelson (1948), que difundiu o keynesianismo por meio de sua síntese neoclássica, e de Harrod (1939) e Domar (1946), que formularam modelos de crescimento baseados em investimentos e poupança. Essa formalização permitiu integrar o keynesianismo ao mainstream econômico, reforçando seu prestígio como doutrina dominante.

O keynesianismo também teve impacto significativo nos debates sobre desenvolvimento econômico em países da periferia capitalista. Na América Latina, economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como Raúl Prebisch, dialogaram com Keynes ao enfatizar o papel do Estado na indução do desenvolvimento, na proteção da indústria nascente e na correção das assimetrias comerciais. Embora a CEPAL tenha desenvolvido uma abordagem estruturalista própria, a influência keynesiana se fazia sentir na defesa do intervencionismo e do planejamento econômico (Bielschowsky, 2000).

A articulação entre keynesianismo e Estado de Bem-Estar Social também se expressou no modelo escandinavo, particularmente no caso sueco. Segundo Es-

ping-Andersen (1990), a social-democracia nórdica conjugou políticas de mercado de trabalho ativas, elevada tributação progressiva e universalização de serviços sociais, criando um modelo de “desmercantilização” que se tornou referência mundial. Esse arranjo institucional permitiu compatibilizar alta competitividade econômica com baixa desigualdade, refletindo a aplicação bem-sucedida de princípios keynesianos adaptados a contextos específicos.

Entretanto, a crise do petróleo de 1973 marcou o início do declínio do keynesianismo como paradigma hegemônico. A combinação de estagnação econômica com inflação elevada – a chamada estagflação – desafiou os pressupostos keynesianos, que postulavam uma relação inversa entre desemprego e inflação, como expressa na curva de Phillips. Autores como Friedman (1968) e os monetaristas da Escola de Chicago passaram a criticar duramente a eficácia das políticas fiscais expansionistas, defendendo maior disciplina monetária e a limitação do papel do Estado. Esse contexto abriu espaço para o avanço do neoliberalismo, que, a partir da década de 1980, se tornou dominante em países como Estados Unidos e Reino Unido (Harvey, 2005).

Ainda assim, a herança keynesiana permaneceu como referência inescapável nas discussões sobre políticas públicas. Muitos dos princípios aplicados no pós-guerra, como o reconhecimento da necessidade de estabilizadores automáticos e de políticas contracíclicas, continuaram a influenciar gestores e economistas. A crise financeira de 2008, por exemplo, reabilitou o keynesianismo como fonte de soluções para os impasses do capitalismo contemporâneo, reafirmando a relevância histórica do legado construído no pós-guerra.

POLÍTICAS PÚBLICAS INSPIRADAS EM KEYNES NO SÉCULO XXI

As políticas públicas inspiradas nas ideias de John Maynard Keynes assumem um papel central na compreensão das estratégias econômicas contemporâneas, sobretudo em contextos de crise e incerteza. Ao longo do século XXI, a teoria keynesiana voltou a ocupar posição de destaque nos debates acadêmicos e políticos, sendo empregada para analisar e justificar intervenções governamentais que buscam estabilizar a economia, promover emprego e mitigar os efeitos de choques exógenos. O retorno da política fiscal como instrumento ativo de estímulo à demanda agregada evidencia a vitalidade do pensamento keynesiano e sua capacidade de adaptação a novos cenários econômicos, sociais e tecnológicos.

A retomada do keynesianismo no século XXI está intimamente relacionada à ocorrência de crises financeiras de grande magnitude, que evidenciaram as limitações do *laissez-faire* e da crença em mercados autorregulados. A crise global de

2008 é talvez o exemplo mais emblemático desse fenômeno. Segundo Krugman (2012), a implosão do mercado imobiliário e a disseminação de ativos financeiros tóxicos obrigaram governos a adotar medidas de estímulo sem precedentes, incluindo pacotes fiscais expansivos, programas de garantia de crédito e intervenções diretas no setor financeiro. Nos Estados Unidos, o *American Recovery and Reinvestment Act* (ARRA) de 2009, que injetou aproximadamente US\$ 787 bilhões na economia, incorporou plenamente a lógica keynesiana de que o Estado deve atuar de maneira proativa para compensar a queda da demanda agregada.

Da mesma forma, na Europa, embora a resposta tenha sido mais heterogênea devido a restrições fiscais e políticas de austeridade em alguns países, políticas de estímulo público foram adotadas em diferentes graus. Eichengreen (2008) destaca que o keynesianismo permaneceu como uma referência teórica para os governos europeus na busca de alternativas à recessão profunda, mesmo em contextos de debates acirrados sobre limites orçamentários e regras de disciplina fiscal. O contraste entre a aplicação pragmática das medidas nos Estados Unidos e a adoção restritiva em alguns países da Zona do Euro evidencia que o keynesianismo não prescreve uma única política uniforme, mas sim princípios que devem ser adaptados às circunstâncias econômicas e institucionais de cada país.

Além das crises financeiras, a pandemia de COVID-19 representou outro ponto de inflexão para o keynesianismo aplicado às políticas públicas. Em 2020 e 2021, governos ao redor do mundo implementaram pacotes de estímulo fiscal massivos para sustentar a renda das famílias, preservar empregos e mitigar os efeitos de lockdowns e retrações de consumo. No Brasil, o *Auxílio Emergencial* constituiu um exemplo de transferência direta de renda, alinhada à lógica keynesiana de sustentar a demanda em momentos de crise. Nos Estados Unidos, a Lei CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security) destinou cerca de US\$ 2,2 trilhões em medidas de estímulo econômico, incluindo subsídios a trabalhadores, empréstimos a pequenas empresas e apoio a setores estratégicos. Para autores como Stiglitz (2020), essas políticas demonstram que, mesmo em um século marcado por globalização e financeirização da economia, o princípio keynesiano de intervenção estatal continua relevante para a preservação da estabilidade social e econômica.

Outro elemento importante na aplicação contemporânea do keynesianismo às políticas públicas é a ênfase na infraestrutura e em investimentos de longo prazo. Keynes já havia defendido que o gasto público poderia ser utilizado não apenas para estabilizar a economia em períodos de recessão, mas também para gerar externalidades positivas no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, iniciativas como o “Green New Deal” nos Estados Unidos e projetos similares na União Europeia incorporam a lógica keynesiana ao vincular estímulos fiscais a investimentos em energia limpa, transporte sustentável e inovação tecnológica. Pettifor

(2019) argumenta que tais políticas demonstram a capacidade do keynesianismo de dialogar com desafios contemporâneos, incluindo mudanças climáticas e transição energética, oferecendo instrumentos para combinar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental.

A atualidade das políticas públicas inspiradas em Keynes também se manifesta em medidas de combate à desigualdade e à precarização do trabalho. Embora Keynes não tenha priorizado explicitamente a redistribuição de renda, seu enfoque na ampliação do emprego e da renda agregada converte-se em suporte teórico para programas de transferência de recursos e políticas de proteção social. Piketty (2014) destaca que a regulação fiscal e a redistribuição de renda podem atuar como mecanismos para sustentar a demanda agregada, reforçando a importância de políticas públicas que considerem tanto a estabilidade macroeconômica quanto a equidade social. Dessa forma, a tradição keynesiana inspira programas de combate à pobreza, seguro-desemprego e políticas de inclusão econômica, demonstrando sua relevância para a redução das vulnerabilidades sociais.

Além disso, o keynesianismo contemporâneo é frequentemente articulado à política monetária ativa. Embora Keynes tenha defendido que o instrumento fiscal seria mais eficaz em crises profundas, ele não descartou o papel da política monetária como instrumento complementar. No século XXI, o uso de taxas de juros próximas de zero, programas de compra de ativos (quantitative easing) e políticas de crédito subsidiado refletem adaptações da teoria keynesiana às realidades financeiras modernas. Krugman (2012) e Mazzucato (2020) apontam que tais medidas evidenciam que os princípios keynesianos continuam norteando decisões estratégicas de governos e bancos centrais em contextos de baixa inflação e alta incerteza.

Em paralelo, há debates sobre a internacionalização do keynesianismo nas políticas públicas. Keynes já havia alertado para os riscos de desequilíbrios globais e para a necessidade de coordenação internacional. No século XXI, a cooperação econômica entre países em pacotes de estímulo, trocas comerciais e regulação financeira evidencia a vigência dessa perspectiva. Eichengreen (2008) argumenta que, embora o mundo globalizado introduza complexidades adicionais, os princípios de coordenação e intervenção, propostos por Keynes, permanecem essenciais para a estabilidade internacional.

Críticas contemporâneas ao uso do keynesianismo também são relevantes para compreender os limites de sua aplicação. Blyth (2013) ressalta que políticas keynesianas mal calibradas ou implementadas em contextos de elevado endividamento podem gerar efeitos indesejados, como aumento da inflação, dependência de estímulos e distorções nos mercados de capital. Todavia, essas críticas não invalidam o valor das políticas inspiradas em Keynes, mas reforçam a necessidade de análise crítica e adaptação das medidas às condições específicas de cada econo-

mia.

Por fim, a aplicabilidade do keynesianismo no século XXI transcende os países desenvolvidos, sendo relevante também para economias emergentes e em desenvolvimento. Programas de investimento público em infraestrutura, educação e saúde, aliados a políticas fiscais anticíclicas, têm sido utilizados em países da Ásia, América Latina e África como instrumentos para promover crescimento sustentável e reduzir desigualdades regionais. Stiglitz (2010) e Varoufakis (2011) destacam que a lógica keynesiana pode ser instrumental para enfrentar problemas estruturais desses países, incluindo volatilidade de capital, déficits comerciais e vulnerabilidade a choques externos.

Conquanto, entende-se a partir disso que o século XXI evidencia que as políticas públicas inspiradas em Keynes permanecem centrais para a economia moderna. Seja na resposta a crises financeiras globais, seja na implementação de programas sociais, estímulos a investimentos estratégicos ou políticas ambientais, os princípios keynesianos continuam a orientar decisões governamentais e a fundamentar debates acadêmicos. Conforme observa Mazzucato (2020), a flexibilidade teórica, aliada à robustez analítica, permite que Keynes permaneça não apenas como referência histórica, mas como guia para a formulação de políticas capazes de enfrentar desafios complexos, integrando estabilidade econômica, justiça social e desenvolvimento sustentável.

RELEITURAS: NO-KEYNESIANOS E PÓS-KEYNESIANOS

O pensamento de John Maynard Keynes, desde sua formulação em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), não permaneceu estático, mas deu origem a múltiplas releituras e adaptações que buscam expandir, reinterpretar ou formalizar sua análise econômica. Entre essas releituras, destacam-se as correntes denominadas no-keynesianas (neokeynesianas) e pós-keynesianas, que, embora partindo de premissas distintas, compartilham o reconhecimento da importância central da demanda agregada, do papel do Estado e da incerteza econômica, mantendo o legado teórico de Keynes como ponto de referência. A compreensão dessas releituras permite não apenas avaliar a evolução do pensamento keynesiano, mas também situar a teoria em diálogo com os debates macroeconômicos contemporâneos, revelando sua atualidade e capacidade de adaptação.

Os neokeynesianos emergiram a partir da década de 1950, como resposta à necessidade de formalizar matematicamente os conceitos de Keynes e integrar a teoria à análise microeconômica. O objetivo central dos neokeynesianos foi incorporar rigidezes nominais, como salários e preços rígidos, ao modelo de equilíbrio geral, buscando explicar por que os mercados não convergem espontaneamente

para o pleno emprego. Autoridades como John Hicks (1937) e Paul Samuelson (1947) desempenharam papel seminal na tradução das ideias keynesianas para modelos formalizados, especialmente com a formulação do modelo IS-LM, que passou a ser uma ferramenta central no ensino e na análise econômica. A abordagem neokeynesiana buscou reconciliar o legado de Keynes com a tradição marginalista, mantendo a ênfase na demanda agregada, mas restringindo a análise à lógica de equilíbrio parcial ou geral.

O modelo IS-LM, desenvolvido por Hicks, foi posteriormente expandido e refinado por autores como Modigliani e Tobin, que introduziram a análise de expectativas racionais limitadas e a influência do mercado financeiro sobre a economia real. Tobin (1969), por exemplo, incorporou a teoria monetária à análise keynesiana, propondo mecanismos de transmissão entre política monetária e investimento privado. Assim, a corrente neokeynesiana consolidou-se como a base analítica dominante em macroeconomia até o surgimento de críticas mais robustas nas décadas de 1970 e 1980, quando eventos como a estagflação desafiaram a capacidade explicativa do modelo. A relevância atual dos neokeynesianos reside na adaptação de seus modelos para analisar choques contemporâneos, políticas fiscais e monetárias, bem como interações complexas entre mercados financeiros e reais, mantendo um diálogo constante com a economia aplicada.

Em contraste, os pós-keynesianos surgem como uma releitura crítica e expansiva do pensamento original de Keynes, enfatizando elementos que, segundo seus proponentes, foram subestimados ou reinterpretados de forma restritiva pelos neokeynesianos. Entre os pontos centrais da análise pós-keynesiana, destacam-se a ênfase na incerteza radical, a rejeição à hipótese de expectativas racionais e a atenção às instituições e à dinâmica histórica da economia. Hyman Minsky (1986), Joan Robinson (1978) e Paul Davidson (2007) são exemplos de autores que, ao revisitar a obra de Keynes, aprofundaram a análise de instabilidade financeira, ciclos de crédito e distribuição de renda, ampliando a aplicabilidade do keynesianismo para além do equilíbrio estático ou parcial.

Minsky, em particular, desenvolveu a teoria da instabilidade financeira, articulando diretamente conceitos keynesianos à dinâmica do sistema bancário e à propensão à especulação. Para ele, períodos de estabilidade aparente criam incentivos à tomada de riscos, levando a crises sistêmicas que não podem ser explicadas pelos modelos neokeynesianos ou pela teoria clássica. Essa releitura fortalece a compreensão de Keynes como um analista de incerteza, mostrando que a intervenção estatal deve ser estruturada não apenas para estabilizar a demanda agregada, mas também para regular o sistema financeiro e mitigar ciclos de expansão e contração excessivos.

A perspectiva pós-keynesiana também enfatiza a importância da distribuição

de renda na determinação do crescimento econômico e do emprego. Ao contrário da visão neoclássica de que o investimento privado é sempre suficiente para garantir a plena utilização dos recursos, os pós-keynesianos argumentam que desigualdades na renda e no poder de compra podem limitar a demanda agregada, exigindo políticas públicas direcionadas. Davidson (2007) destaca que a política fiscal deve ser concebida não apenas como instrumento anticíclico, mas também como mecanismo estrutural para assegurar equidade e sustentabilidade econômica. Nesse sentido, o pós-keynesianismo conecta o legado de Keynes com preocupações contemporâneas, como desigualdade social, volatilidade financeira e crises periódicas de liquidez.

Além disso, os pós-keynesianos desenvolveram críticas às interpretações simplificadas de Keynes feitas pelos neokeynesianos, apontando que a formalização matemática excessiva pode obscurecer elementos essenciais de sua teoria, como a incerteza radical e a importância da psicologia econômica. Robinson (1978) argumentou que o keynesianismo não deve ser reduzido a modelos de equilíbrio estático, mas compreendido como um conjunto de princípios orientadores para a análise de sistemas econômicos complexos e historicamente situados. Essa perspectiva mantém a relevância do keynesianismo em contextos contemporâneos marcados por mudanças estruturais, choques exógenos e transformações institucionais.

O debate entre neokeynesianos e pós-keynesianos evidencia diferentes estratégias de adaptação do pensamento de Keynes às exigências do século XXI. Enquanto os primeiros privilegiam modelos formais, previsibilidade e ferramentas de política fiscal e monetária padronizadas, os segundos enfatizam flexibilidade, incerteza, regulação financeira e justiça distributiva. Skidelsky (2009) argumenta que ambos os enfoques são complementares, permitindo que a teoria keynesiana permaneça viva tanto no planejamento de políticas de curto prazo quanto na análise de problemas estruturais de longo prazo. Essa complementaridade se manifesta, por exemplo, na aplicação de modelos neokeynesianos em análises de estímulos fiscais imediatos, enquanto abordagens pós-keynesianas orientam políticas de regulação bancária, proteção social e mitigação de crises financeiras.

Outra dimensão relevante das releituras é a incorporação de questões contemporâneas, como mudanças climáticas, transição energética e sustentabilidade ambiental. Mazzucato (2020) e Pettifor (2019) defendem que políticas públicas devem combinar a lógica keynesiana de estímulo à demanda agregada com investimentos estratégicos em setores de inovação e sustentabilidade. Os pós-keynesianos, em particular, enfatizam que tais investimentos não apenas geram crescimento econômico, mas também criam externalidades sociais e ambientais positivas, demonstrando a capacidade de adaptação da teoria à complexidade do século XXI.

Além disso, a globalização e a interdependência financeira internacional am-

pliaram o escopo das releituras keynesianas. A lógica de coordenação internacional, defendida por Keynes durante a Conferência de Bretton Woods, é retomada por autores como Eichengreen (2008) e Varoufakis (2011), que argumentam que a estabilidade global depende de políticas fiscais e monetárias coordenadas, evitando choques assimétricos e desequilíbrios persistentes. Nesse contexto, as releituras neokeynesianas fornecem instrumentos quantitativos para simulações de impacto, enquanto os pós-keynesianos enfatizam o papel de instituições, regulamentações e distribuição de poder econômico para assegurar estabilidade.

Desse modo, pode-se compreender que as releituras neokeynesianas e pós-keynesianas reafirmam a vitalidade do pensamento de Keynes, demonstrando sua capacidade de adaptação, interpretação e aplicação em diferentes contextos históricos e econômicos. Enquanto os neokeynesianos buscam formalizar e operacionalizar a teoria, os pós-keynesianos ampliam sua abrangência analítica, conectando princípios originais a questões contemporâneas como desigualdade, crises financeiras, inovação tecnológica e sustentabilidade. O diálogo entre essas correntes permite compreender que o keynesianismo não é um corpo dogmático, mas uma tradição teórica dinâmica, capaz de se renovar frente aos desafios econômicos e sociais do século XXI.

Portanto, ao analisar as releituras, observa-se que o pensamento de Keynes transcende sua obra original, influenciando tanto o planejamento de políticas públicas quanto o debate acadêmico sobre a natureza e os limites da economia de mercado. Essa pluralidade de abordagens confirma a atualidade de Keynes, evidenciando que suas ideias continuam a ser reinterpretadas, aplicadas e debatidas, garantindo que o keynesianismo permaneça uma ferramenta analítica robusta e relevante para compreender as complexidades da economia contemporânea.

PERSPECTIVAS SOBRE O DEBATE KEYNESIANO E OS SEUS CRÍTICOS

O debate keynesiano, desde a formulação das ideias de John Maynard Keynes até o século XXI, revela-se como um campo dinâmico e multifacetado, marcado por tensões teóricas, disputas metodológicas e confrontos entre diferentes visões sobre o papel do Estado, do mercado e da política econômica. A relevância dessa discussão não se restringe ao âmbito acadêmico, mas transborda para a formulação de políticas públicas, para o desenho institucional e para o gerenciamento de crises econômicas globais. Compreender as perspectivas sobre o debate keynesiano e os seus críticos implica analisar simultaneamente a evolução histórica do keynesianismo, suas releituras, as objeções apresentadas por correntes concorrentes e os desafios contemporâneos que demandam adaptações conceituais e pragmáticas.

Desde a publicação de Keynes (1936), a economia passou a ser pensada não apenas como um sistema autorregulado, mas como uma estrutura complexa, sujeita a incertezas, instabilidades e desequilíbrios. A proposição central de Keynes – de que a demanda agregada desempenha papel determinante no nível de emprego e na estabilidade econômica – rompeu com a tradição clássica, inaugurando debates que se prolongam até hoje. A teoria keynesiana provocou um deslocamento paradigmático, suscitando tanto adesões entusiásticas quanto críticas contundentes. Entre os principais críticos contemporâneos de Keynes destacam-se os monetaristas, liderados por Milton Friedman, que questionaram a eficácia das políticas fiscais e enfatizaram a necessidade de regras monetárias e de controle da oferta de moeda. Friedman (1968) argumentou que intervenções estatais frequentes poderiam gerar ineficiências, expectativas adaptativas distorcidas e aumento da inflação, evidenciando um dos principais pontos de tensão entre a abordagem keynesiana e a teoria monetarista.

No entanto, mesmo entre os críticos, reconhece-se que Keynes introduziu conceitos fundamentais que transformaram a compreensão da macroeconomia. Schumpeter (1954) considerava que, embora Keynes não resolvesse todos os problemas do capitalismo, suas ideias abriram espaço para uma análise mais realista das flutuações econômicas, ao reconhecer a importância da incerteza e da psicologia na tomada de decisões. Por sua vez, Robinson (1975), uma das principais representantes da economia pós-keynesiana, ampliou o debate ao discutir a questão da incerteza radical, da distribuição de renda e das falhas de mercado, enfatizando que a Teoria Geral permanece aberta a interpretações e extensões. Essa perspectiva reforça que o debate keynesiano não se limita à polarização entre adeptos e críticos, mas envolve múltiplas correntes e abordagens teóricas que dialogam e se tensionam de maneira produtiva.

No século XXI, as perspectivas sobre o keynesianismo se articulam a questões contemporâneas, como crises financeiras, desigualdade social, mudanças climáticas e transformações tecnológicas. A crise financeira de 2008 evidenciou que as premissas de autorregulação dos mercados não se sustentam em condições de complexidade global e interdependência financeira. Krugman (2012) argumenta que os efeitos da estagnação econômica prolongada nos Estados Unidos e na Europa refletem não apenas falhas de política, mas também limitações teóricas de modelos econômicos que ignoraram a demanda agregada como variável central. Essa retomada do pensamento keynesiano, ainda que em moldes adaptados, ilustra a capacidade da teoria de oferecer instrumentos analíticos e normativos para lidar com desafios modernos.

Por outro lado, autores críticos contemporâneos questionam se a aplicação do keynesianismo em contextos globalizados e financeirizados é plenamente vi-

ável. Blyth (2013) ressalta que a dependência de políticas fiscais expansivas, em um cenário de elevada dívida pública e mobilidade de capitais, pode gerar efeitos adversos, incluindo aumento da inflação, volatilidade cambial e risco de desconfiança dos mercados. Essas críticas são particularmente relevantes em países emergentes, nos quais a adoção de medidas keynesianas precisa ser calibrada em função das restrições externas, das limitações institucionais e da vulnerabilidade a choques externos. Nesse sentido, a perspectiva crítica contribui para um debate mais realista sobre os limites do keynesianismo e sobre a necessidade de articulação com outras políticas macroeconômicas, como a regulação financeira e o controle monetário.

Outro eixo do debate envolve as releituras do keynesianismo, particularmente as correntes neokeynesianas e pós-keynesianas. Os neokeynesianos, surgidos a partir da década de 1950, buscaram incorporar elementos microeconômicos e rigor matemático à teoria keynesiana, enfatizando rigidezes nominais, expectativas adaptativas e política monetária ativa. Blanchard e Fischer (1989) exemplificam essa abordagem, integrando modelos de equilíbrio parcial com a análise da demanda agregada, permitindo previsões quantitativas e formulação de políticas públicas com maior grau de formalização. Já os pós-keynesianos, como Davidson (2007) e Lavoie (2014), retomam a crítica à neutralidade do dinheiro, enfatizam a incerteza radical e a instabilidade financeira e ampliam a análise para incluir questões distributivas e institucionais. Essas releituras evidenciam que o keynesianismo não é um conjunto fechado de proposições, mas um corpo teórico vivo, sujeito a interpretações diversas e em contínua renovação.

As perspectivas contemporâneas também abordam a relação entre o keynesianismo e as políticas sociais. A teoria keynesiana, ao enfatizar a importância do emprego e da renda para a demanda agregada, sustenta políticas de transferência de renda, seguro-desemprego e estímulos a setores vulneráveis. Piketty (2014) destaca que, em sociedades com elevada concentração de riqueza, a redistribuição de renda se torna essencial para sustentar o crescimento econômico, reforçando a relevância prática das ideias keynesianas. Em paralelo, Mazzucato (2020) argumenta que a atuação do Estado como investidor estratégico e promotor de inovação tecnológica está alinhada aos princípios keynesianos, expandindo sua aplicabilidade para a promoção de desenvolvimento estrutural e sustentável.

O debate keynesiano contemporâneo não ignora, contudo, a crítica à austeridade fiscal. Estudos de Stiglitz (2010) e Krugman (2012) demonstram que políticas de corte de gastos em momentos de recessão podem agravar crises, prolongar desemprego e gerar instabilidades sociais. Em contraposição, críticos liberais e monetaristas argumentam que a persistência de déficits públicos e o aumento da dívida podem comprometer a confiança dos agentes econômicos e gerar desequi-

lívrios macroeconômicos. Essa tensão evidencia que o debate keynesiano é tanto normativo quanto empírico, envolvendo análise de evidências históricas e avaliação de consequências práticas de políticas adotadas em diferentes contextos.

A globalização também introduz nuances significativas ao debate. Keynes já enfatizava a necessidade de coordenação internacional para evitar desequilíbrios globais, e essa ideia permanece atual diante da interdependência financeira e comercial contemporânea. Eichengreen (2008) destaca que a adoção de políticas keynesianas em um país isolado pode ser limitada pelos fluxos de capital internacional e pelas pressões de competitividade. Dessa forma, o debate atual incorpora dimensões globais, reconhecendo que a eficácia de medidas keynesianas depende de articulação multilateral e de ajustes estruturais na economia internacional.

Outro ponto relevante é a crítica estrutural ao keynesianismo que emerge de autores pós-keynesianos e heterodoxos. Minsky (1986) demonstra que crises financeiras recorrentes não podem ser completamente previstas ou controladas apenas por políticas fiscais e monetárias convencionais, reforçando a necessidade de regulação financeira e de mecanismos institucionais que limitem o comportamento especulativo. Nesse sentido, o keynesianismo contemporâneo dialoga com propostas de regulação macroprudencial, controle de fluxos financeiros e medidas anticíclicas que visam reduzir vulnerabilidades sistêmicas.

Finalmente, as perspectivas sobre o debate keynesiano enfatizam a complementaridade entre teoria e política econômica. Keynes não apenas formulou conceitos analíticos, mas também orientou práticas de intervenção capazes de estabilizar economias em crise. O século XXI demonstra que, embora sujeito a críticas e limitações, o keynesianismo oferece uma estrutura de análise que continua indispensável para enfrentar desafios contemporâneos, incluindo crises financeiras, desigualdade, instabilidade do mercado de trabalho, transição ecológica e coordenação internacional. Skidelsky (2009) argumenta que a teoria de Keynes permanece central porque permite articular previsões macroeconômicas, avaliação de políticas públicas e consideração de fatores institucionais e comportamentais, mantendo relevância tanto acadêmica quanto prática.

Conquanto, as perspectivas sobre o debate keynesiano e seus críticos revelam que a teoria não é um dogma rígido, mas um corpo de conhecimento em constante adaptação. A multiplicidade de interpretações, críticas e releituras enriquece a compreensão da macroeconomia contemporânea e oferece ferramentas para análise de crises, formulação de políticas públicas e avaliação de desafios estruturais. O debate keynesiano continua vivo, articulando tradição, crítica e inovação, e permanecendo central para a economia teórica e aplicada no século XXI.

O PENSAMENTO DE KEYNES

PROPEDÊUTICA, AVALIAÇÃO E ATUALIDADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5

O presente estudo buscou analisar, de maneira aprofundada, o pensamento econômico de John Maynard Keynes, suas bases teóricas, as críticas que emergiram ao longo do tempo e a aplicação de suas ideias em políticas públicas no século XXI. A monografia, estruturada a partir de revisão bibliográfica, permitiu compreender a complexidade do keynesianismo como um corpo de conhecimento dinâmico, capaz de dialogar com diferentes contextos históricos, econômicos e sociais. As discussões desenvolvidas evidenciam que Keynes não apenas contribuiu para uma ruptura paradigmática na teoria econômica clássica, mas também forneceu ferramentas analíticas e normativas para a formulação de políticas públicas voltadas à estabilidade macroeconômica e à promoção do bem-estar social.

Ao longo do referencial teórico, foi possível perceber que o pensamento de Keynes surgiu em um contexto histórico marcado por crises profundas, especialmente a Grande Depressão da década de 1930, que expôs as fragilidades do modelo econômico clássico e a limitação da autorregulação dos mercados. A análise da biografia de Keynes revelou que sua formação intelectual, suas experiências profissionais e seu engajamento em fóruns políticos e econômicos internacionais influenciaram diretamente a construção de sua obra. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936) emergiu, assim, não apenas como uma proposição acadêmica, mas como resposta prática às falhas sistêmicas identificadas na economia global.

A investigação sobre os fundamentos do pensamento econômico clássico e neoclássico permitiu contextualizar a ruptura keynesiana. A crítica central de Keynes às ideias de pleno emprego automático, neutralidade do dinheiro e ajuste natural dos mercados evidencia que seu enfoque inovador reside na valorização da demanda agregada como determinante do nível de emprego e produção. Autores clássicos como Smith, Ricardo e Marshall, bem como neoclássicos posteriores, forneceram o pano de fundo necessário para compreender a originalidade da abordagem keynesiana e o impacto transformador de suas proposições sobre políticas fiscais e monetárias.

A análise da revolução keynesiana demonstrou que a aceitação inicial das ideias de Keynes implicou transformações significativas nos modelos de política econômica adotados por diversos países, sobretudo durante o período do Estado de Bem-Estar Social. A ênfase na intervenção governamental, no investimento público e na regulação econômica institucionalizou práticas que buscavam estabilizar a economia, promover o emprego e reduzir desigualdades. No entanto, o estudo também evidenciou que o keynesianismo não esteve imune a críticas, enfrentando resistência de correntes monetaristas, liberais e, posteriormente, de economistas adeptos das políticas de austeridade.

A análise das políticas econômicas keynesianas permitiu aprofundar a com-

preensão sobre instrumentos de estímulo fiscal, controle da demanda agregada e redistribuição de renda. A revisão de autores clássicos e contemporâneos demonstrou que as recomendações de Keynes permanecem relevantes em diferentes contextos, sendo adaptáveis às necessidades de países desenvolvidos e emergentes. O investimento público estratégico, a política fiscal anticíclica e a atenção à distribuição de renda constituem elementos centrais da aplicação prática do pensamento keynesiano. Além disso, a incorporação de dimensões institucionais, como a regulação financeira e a coordenação internacional, evidencia a flexibilidade teórica do keynesianismo e sua capacidade de responder a desafios contemporâneos.

No capítulo de *Resultados e Discussões*, foram abordadas as críticas ao pensamento de Keynes, a atualidade de suas ideias, o keynesianismo no período pós-guerra, políticas públicas inspiradas em suas teorias e releituras realizadas por correntes neokeynesianas e pós-keynesianas. As análises demonstraram que, embora existam limitações teóricas e desafios práticos, o keynesianismo continua oferecendo fundamentos sólidos para a formulação de políticas que promovam crescimento econômico, estabilidade financeira e equidade social. A crise de 2008 e a pandemia de COVID-19 evidenciaram que intervenções fiscais e monetárias inspiradas em Keynes são frequentemente empregadas como instrumentos de mitigação de choques econômicos e de proteção social, reiterando a relevância contemporânea da teoria.

As perspectivas sobre o debate keynesiano e os seus críticos ressaltam a complexidade da economia como ciência social aplicada. A multiplicidade de abordagens, desde monetaristas, liberais e neoliberais, até pós-keynesianos e heterodoxos, evidencia que o keynesianismo não é monolítico, mas sim um corpo teórico sujeito a interpretações diversas, refinamentos e releituras. A importância de considerar o contexto histórico, institucional e social em que políticas keynesianas são aplicadas demonstra que a teoria é inseparável da prática e que seu valor reside, em grande parte, na capacidade de oferecer soluções pragmáticas e adaptáveis às condições econômicas reais.

Outro ponto destacado pela revisão bibliográfica foi a articulação entre política econômica, estabilidade social e justiça distributiva. Keynes, embora não tenha enfatizado explicitamente a redistribuição de renda, propôs princípios que legitimam intervenções governamentais para sustentar a demanda, reduzir desemprego e promover o bem-estar coletivo. As políticas públicas contemporâneas inspiradas em Keynes, como transferências de renda, estímulos fiscais e investimentos em infraestrutura estratégica, incorporam esses princípios e demonstram que o keynesianismo continua a oferecer orientação normativa para sociedades que buscam equilíbrio entre crescimento econômico e equidade social.

A análise de diferentes autores contemporâneos permitiu também identificar

desafios e limitações da aplicação do keynesianismo no século XXI. A globalização financeira, a mobilidade de capitais, o aumento da dívida pública e a interdependência internacional impõem restrições à eficácia de medidas fiscais e monetárias isoladas. Autores como Blyth (2013), Stiglitz (2010) e Krugman (2012) destacam a necessidade de políticas calibradas, que considerem a coordenação internacional e a integração de instrumentos fiscais e monetários, para maximizar a efetividade das intervenções e minimizar efeitos adversos.

Além disso, o estudo evidenciou que o keynesianismo não se limita à esfera econômica, mas influencia diretamente políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento sustentável. A adoção de programas de estímulo ligados à inovação tecnológica, à transição energética e à mitigação das mudanças climáticas representa uma extensão contemporânea da lógica keynesiana, mostrando que o Estado pode atuar como agente estratégico na promoção de crescimento econômico sustentável e inclusivo. Nesse sentido, o keynesianismo contemporâneo se conecta às demandas por desenvolvimento equilibrado, inclusão social e responsabilidade ambiental, consolidando sua relevância no planejamento de políticas públicas multidimensionais.

As considerações finais também destacam a importância da revisão crítica das críticas ao keynesianismo. Embora a teoria tenha sido questionada sob a ótica monetarista, neoliberal e de austeridade, a análise histórica e contemporânea demonstra que muitas dessas críticas se referem a aplicações inadequadas ou restritas da teoria, e não à sua essência conceitual. A capacidade do keynesianismo de se adaptar, de ser reinterpretado e de dialogar com outras correntes econômicas evidencia sua robustez e a importância de abordagens pluralistas para compreender e enfrentar problemas macroeconômicos complexos.

Em termos metodológicos, a revisão bibliográfica revelou que o estudo do keynesianismo requer abordagem integradora, combinando análise histórica, teórica e empírica. A utilização de fontes clássicas, como *A Teoria Geral*, combinada com análises contemporâneas de crises, políticas fiscais e debates acadêmicos, permitiu construir uma visão abrangente sobre o impacto, a relevância e os limites do pensamento keynesiano. Essa abordagem evidencia que compreender Keynes não se limita à leitura de textos originais, mas envolve a interpretação crítica de suas ideias à luz das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas ao longo do tempo.

A análise realizada nesta monografia evidencia que o pensamento de John Maynard Keynes permanece relevante e adaptável aos desafios econômicos contemporâneos, oferecendo fundamentos sólidos para políticas públicas, planejamento macroeconômico e análises de crises. Entretanto, ao longo do estudo, também se tornaram evidentes lacunas e limitações que podem orientar pesquisas

futuras, tanto no âmbito acadêmico quanto no das aplicações práticas da teoria keynesiana. A identificação dessas lacunas abre espaço para investigações mais aprofundadas sobre a relevância do keynesianismo em contextos específicos, a eficácia de políticas econômicas inspiradas em Keynes e as possíveis releituras teóricas diante das transformações sociais, tecnológicas e ambientais do século XXI.

Uma das áreas prioritárias para futuras pesquisas refere-se à adaptação do keynesianismo às economias emergentes, particularmente aquelas com elevada volatilidade financeira, déficits fiscais persistentes e forte exposição a choques externos. Estudos poderiam investigar como instrumentos de política fiscal e monetária keynesianos podem ser calibrados para países com restrições institucionais ou elevada dependência de fluxos de capital internacionais. Essa linha de investigação permitiria identificar estratégias eficientes para estimular o crescimento econômico, reduzir desigualdades e promover estabilidade macroeconômica, respeitando as limitações estruturais de cada contexto. Ademais, a relação entre políticas keynesianas e crises de liquidez em mercados emergentes apresenta um campo pouco explorado, que demanda análises empíricas detalhadas e modelagens que considerem incertezas sistêmicas e comportamentais, conforme discutido por autores pós-keynesianos como Davidson (2007) e Lavoie (2014).

Outra perspectiva relevante para pesquisas futuras é o estudo das políticas keynesianas em relação a desafios contemporâneos de sustentabilidade ambiental e transição energética. Embora Keynes tenha escrito em um contexto histórico distinto, princípios de investimento público estratégico e estímulo à demanda agregada podem ser reinterpretados para apoiar a implementação de políticas ambientais, programas de energia renovável e inovação tecnológica. Pesquisas podem explorar como pacotes de estímulo econômico, inspirados em Keynes, podem gerar emprego, crescimento sustentável e inclusão social simultaneamente, promovendo um desenvolvimento econômico alinhado com metas de redução de emissões e preservação ambiental. Essa abordagem interdisciplinar, que conecta economia, política e sustentabilidade, constitui um campo promissor para análise e aplicação prática.

A relevância da redistribuição de renda e da inclusão social também merece maior atenção em estudos futuros. Embora Keynes tenha enfatizado a importância da demanda agregada, pesquisas poderiam investigar mais profundamente como políticas de transferência de renda, programas de seguro-desemprego e incentivos fiscais direcionados podem ser estruturados para maximizar efeitos sobre o crescimento econômico e a equidade social. Estudos comparativos entre diferentes países, períodos históricos e tipos de políticas permitirão avaliar a eficácia e os trade-offs de medidas inspiradas em Keynes em diferentes contextos sociais e econômicos. Além disso, pesquisas futuras podem investigar a interação

entre políticas keynesianas e sistemas de proteção social em economias digitais e globalizadas, considerando os impactos da automação, do trabalho remoto e da crescente desigualdade tecnológica.

A interdisciplinaridade também emerge como um eixo central para desdobramentos futuros. Pesquisas poderiam integrar perspectivas de economia, ciência política, sociologia e administração pública para avaliar como políticas keynesianas influenciam não apenas o crescimento econômico, mas também a coesão social, a governança institucional e o comportamento dos agentes econômicos. Abordagens qualitativas e quantitativas, estudos de caso, análises comparativas e modelagens econômicas sofisticadas podem fornecer evidências mais robustas sobre a aplicação do keynesianismo no século XXI, ampliando o entendimento sobre a interação entre política econômica, comportamento social e inovação tecnológica.

A questão das crises financeiras globais constitui outro campo fértil para pesquisas futuras. A crise de 2008 e a pandemia de COVID-19 demonstraram que os princípios keynesianos permanecem essenciais para enfrentar choques econômicos sistêmicos. No entanto, ainda há espaço para aprofundar a investigação sobre a eficácia de diferentes instrumentos fiscais e monetários em contextos de elevada interconexão global. Estudos futuros poderiam explorar como medidas anticíclicas podem ser ajustadas para minimizar impactos sociais, reduzir desigualdades regionais e preservar a estabilidade financeira, considerando tanto economias avançadas quanto emergentes. Além disso, a análise de políticas de coordenação internacional, inspiradas em princípios keynesianos, pode oferecer insights sobre como enfrentar desequilíbrios globais e promover crescimento sustentável e equitativo em nível planetário.

As releituras neokeynesianas e pós-keynesianas também apresentam desafios e oportunidades para pesquisas futuras. A diversidade de interpretações sobre o papel do Estado, da moeda e da demanda agregada sugere que novas abordagens teóricas podem emergir para responder a crises futuras e a transformações estruturais da economia global. Pesquisas podem explorar, por exemplo, a integração entre políticas keynesianas e instrumentos macroprudenciais, regulação financeira, inovação tecnológica e políticas de investimento público de longo prazo. Estudos comparativos entre diferentes escolas pós-keynesianas, bem como a aplicação empírica de suas proposições, podem gerar contribuições significativas para o avanço teórico e prático do campo.

Finalmente, estudos futuros podem investigar a percepção pública e a aceitação política das políticas inspiradas em Keynes. A eficácia de medidas fiscais e monetárias depende não apenas de fundamentos teóricos, mas também de fatores comportamentais, culturais e institucionais. Pesquisas podem examinar como di-

ferentes segmentos da sociedade reagem a estímulos econômicos, como políticas keynesianas influenciam confiança, consumo e investimento, e quais mecanismos de comunicação e governança são mais eficazes para implementar estratégias econômicas em contextos democráticos e participativos.

A ampliação das pesquisas futuras sobre o pensamento de Keynes deve envolver múltiplas dimensões: adaptação a economias emergentes, integração com políticas ambientais e sociais, análise de crises financeiras, desenvolvimento de releituras teóricas, exploração de instrumentos macroeconômicos contemporâneos e avaliação de fatores comportamentais e institucionais. Essa agenda de pesquisa permitirá consolidar o keynesianismo como um referencial analítico e normativo contemporâneo, capaz de orientar políticas públicas eficazes, promover desenvolvimento sustentável e inclusão social, e responder aos desafios econômicos complexos do século XXI.

Por fim, o estudo demonstrou que o keynesianismo continua sendo uma referência central para a análise econômica, a formulação de políticas públicas e a compreensão das crises contemporâneas. As contribuições de Keynes transcendem o período histórico de sua elaboração, oferecendo fundamentos teóricos e normativos para enfrentar desafios estruturais e conjunturais. A capacidade do pensamento keynesiano de articular teoria, prática e política econômica evidencia que suas ideias permanecem vivas, relevantes e adaptáveis às demandas do século XXI.

Consequentemente, as considerações finais reforçam o *infra exarado*:

1. O keynesianismo representa um corpo epistêmico dinâmico, capaz de dialogar com diferentes contextos históricos, sociais e econômicos;
2. A intervenção estatal permanece central para estabilizar economias em momentos de crise e para sustentar políticas de inclusão social;
3. As críticas ao keynesianismo, embora relevantes, não comprometem sua aplicabilidade, mas indicam a necessidade de ajustes contextuais e calibragem das políticas;
4. Pensamento da lavra Keynes continua a orientar debates sobre emprego, demanda agregada, desigualdade, regulação financeira e políticas públicas estratégicas;
5. As releituras neokeynesianas e pós-keynesianas ampliam a compreensão da teoria e fortalecem seu papel como instrumento analítico e normativo;
6. A integração entre pensamento keynesiano, políticas sociais, ambientais e desenvolvimento sustentável demonstra a relevância contemporânea e multidimensional da teoria;

7. A aplicação prática do keynesianismo exige análise crítica, adaptação às condições institucionais e atenção às limitações globais e financeiras;
8. A pesquisa evidencia que Keynes permanece uma referência indispensável para acadêmicos, formuladores de políticas e gestores econômicos que buscam soluções fundamentadas, adaptáveis e eficazes frente aos desafios contemporâneos.

Em epítome, emerge a inferência de que o pensamento de John Maynard Keynes não apenas transformou a economia do século XX, mas continua a influenciar políticas, debates e análises acadêmicas no século XXI.

À guisa de conclusão, a permanência de suas ideias reflete sua capacidade de oferecer respostas concretas a problemas complexos, integrando análise macroeconômica, estabilidade social e desenvolvimento sustentável, consolidando-o como um dos pilares da moderna Ciência Econômica.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BLANCHARD, O. *Public Debt and Low Interest Rates*. *American Economic Review*, v. 109, n. 4, p. 1197-1229, 2020.
- BLINDER, Alan S. Keynesian Economics. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2008. DOI: https://doi.org/10.1057/978-1-349-95121-5_1824-1.
- BLYTH, Mark. *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BUCHANAN, James M.; WAGNER, Richard E. *Democracy in Deficit: The Political Legacy of Lord Keynes*. New York: Academic Press, 1977.
- CARR, Nicholas. *The Shifts and the Shocks: What We've Learned – and Have Still to Learn – from the Financial Crisis*. London: Allen Lane, 2013.
- CHICK, Victoria. *Macroeconomics after Keynes: A Reconsideration of the General Theory*. Cambridge: The MIT Press, 1983.
- DAVIDSON, P. *Post Keynesian Macroeconomic Theory*. Aldershot: Edward Elgar, 1994.
- DAVIDSON, Paul. *Post Keynesian Macroeconomic Theory*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- DOMAR, Evsey. *Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment*. *Econometrica*, v. 14, n. 2, p. 137-147, 1946.
- DUNN, Bill. *Keynesianism, Social Conflict and Political Economy*. London: Routledge, 2014.
- EICHENGREEN, B. *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- EICHENGREEN, Barry. *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 2019.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- FRIEDMAN, M. *The Role of Monetary Policy*. *American Economic Review*, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.
- FRIEDMAN, Milton. *A Monetary History of the United States, 1867–1960*. Princeton: Princeton University Press, 1968.
- JEVONS, William Stanley. *The Theory of Political Economy*. Harmondsworth: Penguin, 1970.
- HARCOURT, G. C. *Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital*. Cambridge:

Cambridge University Press, 1972.

HARROD, Roy. *The life of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1951.

HARROD, R. Mr. Keynes and Traditional Theory. *Econometrica*, v. 5, n. 1, p. 74-86, 1937. DOI: <https://doi.org/10.2307/1905614>.

HARROD, Roy. *An Essay in Dynamic Theory*. *Economic Journal*, v. 49, n. 193, p. 14-33, 1939.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HICKS, J. R. Mr. Keynes and the "Classics": A Suggested Interpretation. *Econometrica*, v. 5, n. 2, p. 147-159, 1937. DOI: <https://doi.org/10.2307/1907242>.

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAHN, R. The Relation of Home Investment to Unemployment. *The Economic Journal*, v. 41, n. 162, p. 173-198, 1931. DOI: <https://doi.org/10.2307/2223697>.

KALECKI, Michal. Political Aspects of Full Employment. *Political Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322-331, 1943.

KEYNES, John Maynard. *Indian currency and finance*. London: Macmillan, 1913.

KEYNES, John Maynard. *A treatise on money*. London: Macmillan, 1930.

KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1936.

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Palgrave Macmillan, 1936/2012.

KRUGMAN, P. *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. New York: W. W. Norton, 2009.

KRUGMAN, Paul. *End This Depression Now!*. New York: W. W. Norton & Company, 2012.

LAVOIE, Marc. *Foundations of Post-Keynesian Economic Analysis*. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.

LUCAS, Robert E. Econometric Policy Evaluation: A Critique. In: BRUNNER, Karl; MELTZER, Allan H. (eds.). *The Phillips Curve and Labor Markets*. Amsterdam: North-Holland, 1976. p. 19-46.

LUCAS, Robert E. Understanding Business Cycles. In: BRUNNER, Karl; MELTZER, Allan H. (eds.). *Stabilization of the Domestic and International Economy*. Amsterdam: North-Holland, 1977. p. 7-29.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomics*. 10. ed. New York: Worth Publishers, 2019.

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. 8. ed. Londres: Macmillan, 1990.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALTHUS, Thomas Robert. *An Essay on the Principle of Population*. Cambridge: Cambri-

dge University Press, 1996.

MAZZUCATO, Mariana. *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. 2. ed. London: Anthem Press, 2020.

MENGER, Carl. *Principles of Economics*. New York: New York University Press, 1981.

MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy*. Amherst: Prometheus Books, 1996.

MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.

MINSKY, H. P. *John Maynard Keynes*. New York: Columbia University Press, 1975.

MISES, Ludwig von. *Human Action: A Treatise on Economics*. New Haven: Yale University Press, 1949.

MISES, Ludwig von. *The Causes of the Economic Crisis and Other Essays before and after the Great Depression*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2006.

MOGGRIDGE, Donald. *Maynard Keynes: an economist's biography*. London: Routledge, 1992.

PATINKIN, Don. *Money, Interest, and Prices: An Integration of Monetary and Value Theory*. 2. ed. New York: Harper & Row, 1965.

PETTIFOR, Ann. *The Case for the Green New Deal*. London: Verso, 2019.

PHELPS, Edmund S. *Mass Flourishing: How Grassroots Innovation Created Jobs, Challenge, and Change*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

RICARDO, David. *Principles of Political Economy and Taxation*. Amherst: Prometheus Books, 1996.

ROBERTS, Joan. *Economic Heresies: Selected Essays of Joan Robinson*. London: Macmillan, 1975.

ROBBINS, Lionel. *The Great Depression*. London: Macmillan, 1934.

ROMER, David. *Advanced Macroeconomics*. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2019.

SAMUELSON, Paul. *Economics: An Introductory Analysis*. New York: McGraw-Hill, 1948.

SKIDELSKY, R. *John Maynard Keynes: Hopes Betrayed 1883-1920*. London: Macmillan, 1992.

SKIDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes: fighting for freedom, 1937-1946*. London: Macmillan, 2000.

SKIDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes: economist, philosopher, statesman*. London: Macmillan, 2003.

SKIDELSKY, Robert. *Keynes: The Return of the Master*. London: Penguin, 2009.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. New York:

Modern Library, 1996.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard R. *Modern Macroeconomics: Its Origins, Development and Current State*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. *Freefall: America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. New York: W. W. Norton & Company, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future*. New York: W. W. Norton & Company, 2012.

TOBIN, James. Keynesian Models of Recession and Depression. *American Economic Review*, v. 65, n. 2, p. 195-202, 1975.

TOOZE, Adam. *Crashed: How a Decade of Financial Crises Changed the World*. New York: Viking, 2018.

VAROUFAKIS, Yanis. *The Global Minotaur: America, Europe and the Future of the Global Economy*. London: Zed Books, 2011.

WALRAS, Léon. *Éléments d'économie politique pure*. Lausanne: Corbaz, 1988.

WOLF, Martin. *The Shifts and the Shocks: What We've Learned – and Have Still to Learn – from the Financial Crisis*. London: Penguin, 2014

A obra apresenta uma introdução crítica e abrangente ao pensamento econômico de John Maynard Keynes, analisando sua biografia, o contexto histórico e as rupturas com as tradições clássica e neoclássica. Explora conceitos centrais da Teoria Geral, como demanda efetiva, multiplicador e preferência pela liquidez, além do papel do Estado na estabilização econômica. O autor revisita críticas monetaristas e austríacas, bem como releituras neokeynesianas e pós-keynesianas, destacando a vitalidade do keynesianismo diante de crises globais recentes. Ao articular teoria, política e atualidade, o livro evidencia a relevância contínua de Keynes para a formulação de políticas públicas, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

ISBN: 978-65-6068-196-5

